



Ciências Contábeis 2020

2020 - ED. 01 - VOL XVI

ISSN - 2317420X



**M
A
I
Ê
U
T
I
C
A**

CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI

Rodovia BR 470, Km 71, nº 1.040, Bairro Benedito

89084-405 - INDAIAL/SC

www.uniasselvi.com.br

REVISTA MAIÊUTICA

Maiêutica de Contábeis

UNIASSELVI 2020

Reitor da UNIASSELVI

Prof. Hermínio Kloch

Pró-Reitora de Ensino de Graduação Presencial

Prof. Antônio Roberto Rodrigues Abatepaulo

Pró-Reitora de Ensino de Graduação a Distância

Prof.^a Francieli Stano Torres

Pró-Reitor de Ensino de Pós-Graduação

Prof. Carlos Fabiano Fistarol

Pró-Reitor Operacional de Ensino

Prof. Érico Coelho Ribeiro

Editor da Revista Maiêutica

Prof. Luis Augusto Ebert

Comissão Científica

Ângela Bilk

Cleide Jane Gruber Merízio

Estelamaris Reif

Maike Bauler Theis

Ivonete Telles Medeiros Plácidos

Sheila Jeane Schulz

Valdecir Knuth

José Alfredo Pareja Gomes de La Torre

Editoração e Diagramação

Equipe Produção de Materiais

Revisão Final

Equipe Produção de Materiais

Publicação *On-line*

Propriedade do Centro Universitário Leonardo da Vinci

A Revista Maiêutica de Ciências Contábeis, com satisfação apresenta um conjunto de artigos específicos da área da gestão contábil. Esses textos levam os processos educativos à instância da aprendizagem cooperativa, uma vez que fomentam a atuação conjunta de professores, tutores e acadêmicos que colaboraram e colaboram mutuamente, em prol de um objetivo comum: a formação do conhecimento. O conhecimento construído com base em um processo colaborativo abrange um contexto ambiental da contabilidade, frente às mudanças mundiais enquanto ciência destinada a perceber as qualificações do patrimônio das organizações corporativas e que acompanha o desenvolvimento e a inovação tecnológica. De fato, o conhecimento gerado no conjunto destas ações se volta para o perfil profissional qualificado do gestor contábil que, de forma crítica, elucida questões voltadas às práticas de gestão. Um gestor habilitado a compreender, tomar decisões e propor soluções dos problemas de ordem patrimonial, econômica e financeira das organizações, partindo da utilização eficaz das informações contábeis. Essa publicação evidencia a importância de pesquisar e socializar os resultados alcançados, busca-se a troca de ideias e, assim, enriquecer o mundo acadêmico com diferentes conhecimentos. Afinal, o nome Maiêutica relembra o conceito socrático de que é preciso trazer as ideias à luz, fazer nascer o conhecimento, confirmando a dialética necessária da construção da sabedoria humana.

Convidamos você para a leitura desta revista, que possa desfrutar de cada um dos ensinamentos apresentados e, deste modo, continuar o processo de enriquecimento intelectual.

Cleide Tirana Nunes Possamai

Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis

Francieli Stano Torres

Pró-Reitora de Ensino de Graduação a Distância



SUMARIO

A CONTABILIDADE E A TECNOLOGIA: a empresa simples de crédito e o sistema de informação contábil.....	6
A ADMINISTRAÇÃO SOBRE OS CUSTOS.....	21
FONTES DE FINANCIAMENTOS PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS...32	
O REFLEXO DA FRAGILIDADE DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NO DESEMPENHO ECONÔMICO DAS EMPRESAS.....	41
EDUCAÇÃO EAD: RELAÇÃO ALUNO X PROFESSOR.....	76

**A CONTABILIDADE E A TECNOLOGIA: a empresa simples de crédito e o sistema de
informação contábil**

**ACCOUNTING AND TECHNOLOGY: THE SIMPLE CREDIT COMPANY AND
THE ACCOUNTING INFORMATION SYSTEM**

Jaine Santos Rocha¹
Ramon Ferreira²
Selton Coelho da Silva³

RESUMO

O presente estudo trata da Empresa Simples de Crédito - ESC e do Sistema de Informação Contábil - SIC. No contexto histórico, a ESC surge para propiciar um ambiente de oferta de crédito mais favorável às micro e pequenas empresas. As obrigações contábeis da ESC envolvem a prestação de informações das suas movimentações econômico-financeiras via Escrituração Contábil Digital. Para o gerenciamento e controle das informações a serem transmitidas ao fisco, existem os SICS que possibilitam a digitalização das obrigações. Neste sentido, esta pesquisa buscou identificar a existência de um Sistema de Informação Contábil disponível no mercado que possa auxiliar os escritórios de contabilidade a atenderem, além da sua carteira atual de clientes, à necessidade do controle contábil e fiscal da Empresa Simples de Crédito. A significância deste trabalho consiste na oportunidade de estimular novos estudos a respeito das ESC contribuindo com a geração de conhecimento e a disseminação da informação aos contadores sobre este tão recente assunto. A pesquisa foi bibliográfica e documental, utilizou-se o método comparativo, com abordagem qualitativa. Como resultado, a pesquisa apresentou a indicação de dois sistemas, Domínio Sistemas e Nasajon, que, se adotados pelos escritórios de contabilidade, atenderão em todos os aspectos as necessidades de gerenciamento de escrituração contábil e fiscal.

¹ Centro Universitário Leonardo DaVinci - jainesantosrocha222@gmail.com

² Centro Universitário Leonardo DaVinci – r.midiamd@gmail.com

³ Centro Universitário Leonardo DaVinci -

Palavras-chave: Empresa Simples de Crédito. Escritório de Contabilidade. Sistema de Informação Contábil.

ABSTRACT

This study deals with the Simple Credit Company - ESC and the Accounting Information System - SIC. In the historical context, the ESC emerged to provide a more favorable credit offering environment for micro and small businesses. The accounting obligations of the ESC involve providing information on its economic and financial transactions via Digital Accounting Records. For the management and control of the information to be transmitted to the tax authorities, there are SICS that enable the digitalization of obligations. In this sense, this research sought to identify the existence of an Accounting Information System available on the market that can help accounting firms to meet, in addition to their current client portfolio, the need for accounting and tax control of the Simple Credit Company. The significance of this work consists of the opportunity to stimulate new studies on ESC, contributing to the generation of knowledge and the dissemination of information to accountants on this very recent subject. The research was bibliographical and documentary, using the comparative method, with a qualitative approach. As a result, the research indicated two systems, Domínio Sistemas and Nasajon, which, if adopted by accounting firms, will meet all aspects of accounting and tax bookkeeping management needs.

Keywords: Simple Credit Company. Accounting Office. Accounting Information System.

1 INTRODUÇÃO

A existência da Empresa Simples de Crédito – ESC foi proposta pelo Deputado Federal Barbosa Neto (PDT/PR) através do Projeto de Lei PCL n° 125/2015 o qual foi finalmente aprovado e sancionado em 24 de abril de 2019 pelo Presidente da República através da Lei n° 167/2019. A ESC é uma espécie de *factoring*, ou seja, atividade comercial cuja forma de arrecadação de receitas é através de taxas de juros e de serviços derivados da aquisição de direitos creditórios.

O contexto econômico que propiciou o surgimento da ESC derivou de dois fatores principais: as pessoas que pretendiam abrir uma *factoring* e que observavam os percalços e as condições financeiras necessárias à formalização do negócio acabavam por desistir. E por outro

lado, as Instituições Financeiras não atendem a todas as demandas por serviços financeiros das empresas, principalmente das micro e pequenas que constituem 99% do número de empresas do Brasil segundo SEBRAE (2019).

No decorrer de suas atividades, a ESC captará suas receitas através dos juros cobrados nas operações financeiras. Este fato gera a necessidade do controle destas operações e para esta finalidade existem os Sistemas de Informações Contábeis que além de gerarem informações que podem ser utilizadas para a tomada de decisão, fornecem informações contábeis e fiscais destinadas a atender exigências do governo. Dentre estas obrigações a ESC prestará informações das suas movimentações via Escrituração Contábil Digital, nesse contexto, este trabalho de pesquisa busca responder a seguinte pergunta: qual Sistema de Informação Contábil disponível no mercado que poderá auxiliar os escritórios de contabilidade a atenderem, além da sua carteira atual de clientes, à necessidade do controle contábil e fiscal da Empresa Simples de Crédito – ESC?

Para atender ao que se propõe neste trabalho, ficou determinado os seguintes objetivos específicos: definir o que é Empresa Simples de Crédito e suas características; entender o que é Sistema de Informação Contábil e seus benefícios; elencar os fatores a serem considerados pelos escritórios de contabilidade quando da escolha de um sistema de informação para controle contábil e fiscal da ESC; coletar junto a fontes de dados relacionadas a contabilidade pesquisas e indicações de sistemas de informações contábeis.

Assim, conforme exposto anteriormente se justifica um trabalho acadêmico de pesquisa com tema atual, capitaneando estimular novos estudos a respeito das Empresas Simples de Crédito contribuindo com a geração de conhecimento e a disseminação da informação aos profissionais da área, empresários e acadêmicos sobre a proposta de um Sistema de Informação Contábil que atenda às necessidades de controle contábil e fiscal da ESC.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste tópico será explanado o contexto histórico da criação da ESC, sua definição e sua dinâmica de funcionamento, o Sistema de Informação Contábil, seus aspectos principais, seus benefícios para as empresas e para o fisco e o levantamento dos principais sistemas disponíveis no mercado de softwares.

2.1 A EMPRESA SIMPLES DE CRÉDITO – ESC

A lógica desse processo é que qualquer pessoa física poderá abrir uma ESC, busca-se nesta seção entender essa nova figura jurídica que tem um papel importante e que surge a fim de expandir uma oferta de financiamento para às Micro e Pequenas Empresas. A Lei Complementar nº 167 de 24 de abril de 2019, LC 167/2019, visa propiciar um mercado de oferta de crédito mais favorável aos microempreendedores optantes pelo regime de tributação Simples Nacional conforme lê-se em seu Artigo 1º:

Art. 1º A Empresa Simples de Crédito (ESC), de âmbito municipal ou distrital, com atuação exclusivamente no Município de sua sede e em Municípios limítrofes, ou, quando for o caso, no Distrito Federal e em Municípios limítrofes, destina-se à realização de operações de empréstimos, de financiamento e de desconto de títulos de crédito, exclusivamente com recursos próprios tendo como contrapartes microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro 2006 (Lei do Simples Nacional). (BRASIL, 2019a, p.1)

De acordo com a LC 167/2019, na constituição de uma ESC pode-se optar pelas modalidades jurídicas: Empresário Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), Empresário Individual (E.I) ou Sociedade Limitada (Ltda).

Para constituir-se uma EIRELI é necessário apenas um sócio, o próprio empresário. O Código Civil Brasileiro, lei nº 10.406/2002, versa que, dentre as características desta modalidade de empresa, existe a segregação patrimônio da pessoa física e da pessoa jurídica. Outro aspecto relevante é que no caso da EIRELI, o empresário deve estar, no mínimo, com o valor de cem salários-mínimos devidamente integralizados.

Segundo BRASIL (2019), considera-se Empresário Individual a pessoa natural que, em seu próprio nome, exerce a função de atividade empresarial, sendo que esta sociedade é composta pela pessoa física na qual exerce a empresa individualmente. Como Empresário Individual, responderá por possíveis dívidas da empresa, colocando à disposição da justiça o seu patrimônio como pessoa física em caso de insolvência da pessoa jurídica. Para o capital social do Empresário Individual, a legislação não estipula valor mínimo.

A Sociedade Limitada, de acordo com o Código Civil Lei 10.406/2002, é constituída por um ou mais sócios e a responsabilidade pelas dívidas contraídas pela empresa são restritas ao valor das

respectivas quotas, no entanto ambos respondem solidariamente pela totalidade do capital social integralizado.

Quanto aos aspectos constitutivos, a ESC poderá optar, de acordo com seus interesses, pelo regime de tributação Lucro Real ou Lucro Presumido e jamais poderá se enquadrar no Simples Nacional. A atuação da ESC está limitada ao município sede e limítrofes e poderá realizar operações financeiras como descontos de títulos, fazer empréstimos, fazer financiamentos com a possibilidade de aceitar alienação fiduciária como forma de lastro das operações (BRASIL, 2019a).

No que diz respeito à contabilidade das receitas, estas devem ser provenientes das operações financeiras realizadas pela ESC cujo débito e crédito seja única e exclusivamente via conta bancária de titularidade da ESC e da Contratante. A remuneração só poderá ter origem nos juros dos empréstimos concedidos, operações estas formalizadas em instrumento contratual próprio conforme a LC 167/2019:

Art. 5º Nas operações referidas no art. 1º desta Lei Complementar, devem ser observadas as seguintes condições:

I – a remuneração da ESC somente pode ocorrer por meio de juros remuneratórios, vedada a cobrança de quaisquer outros encargos, mesmo sob a forma de tarifa;

II – a formalização do contrato deve ser realizada por meio de instrumento próprio, cuja cópia deverá ser entregue à contraparte da operação;

III – a movimentação dos recursos deve ser realizada exclusivamente mediante débito e crédito e contas de depósitos de titularidade da ESC e da pessoa jurídica contraparte na operação. (BRASIL, 2019a, p.4)

Quanto a questão tributária, há a obrigatoriedade da Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida via Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, em observância às leis comerciais e fiscais (BRASIL, 2019a).

2.2 ESC – CONTROLE CONTÁBIL E FISCAL

O controle contábil é peça indispensável em qualquer negócio independentemente do porte, variando apenas na complexidade das informações geradas. A digitalização das obrigações

contábeis e fiscais, por meio de sistema de escrituração digital possibilita ao contador facilidade no desenvolvimento de suas atividades, visto que os sistemas computacionais são projetados para fornecer informações de forma rápida e precisa. Além da economia de tempo, a escrituração digital propicia à Contabilidade a eliminação de custos com papel e simplifica o trabalho ao uniformizar as informações prestadas a diversos órgãos federados. A escrituração dos livros contábeis passa a ser digital, a saber: “o livro Razão, de modo geral, engloba as contas Patrimoniais (as contas de Balanço – também conhecidas como integrais) e as contas de Resultados (as contas de receitas e Despesas – também conhecidas como diferenciais).” (MARION, 2012, p. 264).

A ESC tem como obrigação entregar a Escrituração Contábil Digital – ECD, a qual integra um dos módulos de informação do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED em vigor no Brasil desde o ano de 2007

Instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010) e constitui-se em mais um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes. (BRASIL, 2019b, p.1)

Com a implantação do SPED para o cumprimento das obrigações contábeis e fiscais, o governo tem à disposição uma ferramenta de controle de redução da sonegação, agilidade na identificação de ilicitudes, aumento da eficiência do controle fiscal por meio da auditoria eletrônica, efetivando desta forma o processo fiscalizatório e do acesso à informação. Dessa forma, a implantação do SPED objetiva a transformação na forma de emissão e de armazenamento das informações contábeis e fiscais.

Constitui-se em um sistema de informação da Receita Federal cuja base de dados é composta em módulos, para fins de realização deste trabalho tratar-se-á de apenas da Escrituração Contábil Digital (ECD) e da Escrituração Contábil Fiscal (ECF).

A Escrituração Contábil Digital (ECD) integra o sistema SPED e sua implantação tem por objetivo a substituição dos livros contábeis em meio físico pela escrituração transmitida em meio eletrônico. Trata-se de uma obrigação anual que deve ser enviada até o último dia do mês de maio do ano subsequente ao da escrituração. Constitui-se nas informações de toda a movimentação contábil da empresa, na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil IN RFB 1774/2017 lê-se:

Art. 2º A ECD compreenderá a versão digital dos seguintes livros:

I – livro Diário e seus auxiliares, se houver;

II – livro Razão e seus auxiliares, se houver;

III – livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos. (BRASIL, 2019d, p.1)

A Escrituração Contábil Fiscal (ECF) reúne informações antes prestadas na DIPJ. Arquivo de texto enviado por meio do validador ECF. É uma obrigação anual e devem ser informadas: a Identificação da Empresa, Dados da ECD do exercício e a recuperação da ECF do ano anterior, Plano de Contas Societário e Referencial, Saldos Contábeis, Informação do tipo de tributação referente ao lucro, LALUR - no caso de empresas do lucro real, Apurações de IR e CSLL, Informações econômicas e gerais.

As exposições feitas neste tópico são suficientes para identificar os módulos do SPED em que os contadores das empresas simples de crédito estão obrigados a gerar e enviar arquivos para manter os deveres fiscais destas empresas devidamente cumpridos.

2.3 O SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL, AS EMPRESAS E O FISCO

O Sistema de Informação Contábil – SIC serve a ciência contábil muito mais do que simplificar os processos de cumprimento de obrigações contábeis e fiscais. Deve ser entendido como uma ferramenta para o fornecimento de informações para a tomada de decisão o que exige mais do papel do contador. Para Kounrouzan (2010, p.2):

o contador não pode ficar limitado ao desempenho da função de informante. Deve, pelo contrário, estar preparado para a participação na tomada de decisões, visando identificar e corrigir as dificuldades e adversidades que surgem ao longo do caminho, através de ações proativas, baseadas nas informações geradas pela Contabilidade.

Segundo Paiva (2000), o adequado uso da informação auxilia na mitigação de impactos negativos causados por decisões equivocadas. Desta forma ao analisar o SIC, observa-se que este possui a característica de consolidar de forma integrada os demais sistemas da organização, disponibilizando informações oportunas aos tomadores de decisão.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC edita tais pronunciamentos a fim de que os procedimentos contábeis levem ao alcance dos objetivos que se propõe. Para a plenitude da produtividade da informação contábil, no CPC 00 – Estrutura Conceitual da Contabilidade é disposto que esta seja apresentada em seus aspectos de melhoria qualitativos e quantitativos atendendo as seguintes características:

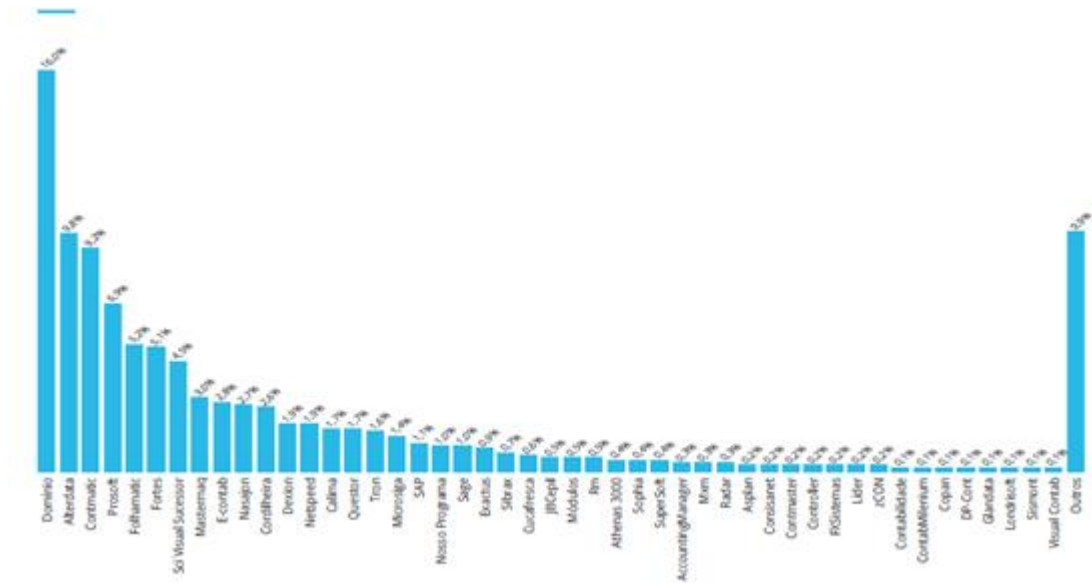
- **Confiabilidade:** deve ser suficientemente verossímil, completa e pertinente para que o usuário a considere para a tomada de decisão.
- **Tempestividade:** a informação chega ao usuário em tempo hábil e deve estar sempre disponível quando solicitada.
- **Compreensibilidade:** a informação deve ser disponibilizada de forma clara e objetiva ao usuário a quem é direcionada.
- **Comparabilidade:** há a possibilidade de análise da evolução da informação no tempo.

No contexto atual, a diversidade de informações contábeis e fiscais demandadas pelo governo acabou por gerar uma quantidade significativa de sistemas de fiscalização que devem funcionar de forma integrada. Surge o mercado de empresas que fornecem Sistemas de Informações Contábeis capazes de gerar arquivos que interagem com os Sistemas de Informações Fiscais do governo facilitando a vida dos contadores no assertivo cumprimento das obrigações.

4.4 LEVANTAMENTO DE PESQUISAS SOBRE SISTEMAS CONTÁBEIS

Nibo (2019), empresa prestadora de serviços contábeis e referência em estudos sobre softwares, aponta na pesquisa Panorama Completo dos Softwares em 2016 que, de um universo dos 48 Sistemas de Informações Contábeis elencados na pesquisa, onze aparecem como os mais citados por uma amostra de 936 usuários de softwares dos quais 43,3% são profissionais que trabalham na área contábil das empresas. A figura a seguir ilustra o ranking dos softwares utilizados pelos respondentes.

FIGURA 1: RANKING DOS SOFTWARES UTILIZADOS PELOS RESPONDENTES



Fonte: Nibo (2019)

A pesquisa classificou os softwares segundo os quesitos recomendação a outros usuários dentre outros aspectos. Os resultados constam no gráfico a seguir:

FIGURA 2: RANKING POR RECOMENDAÇÃO



Fonte: Nibo (2019)

Diante dos resultados apresentados, Nibo (2019) elencou os sistemas Fortes, Domínio e Nasajon como os melhores softwares no ano de 2016. Gerencianet, empresa de pagamentos on-line, empreendedorismo e e-commerce, destaca os sistemas SCI Sistemas Contábeis, Fortes Contábil, Cont on e o Nasajon como os quatro melhores softwares de gestão para o profissional contábil. Eficiência Fiscal sugere aos leitores que pesquisem com mais detalhes os sistemas Domínio, Mastermark, Nasajon, Eficiencia Fiscal e Sage.

Em uma lista mais ampla o Jornal Contábil traz o nome do sistema Domínio Contábil dentre outros softwares. Abertura Simples apresenta uma lista com os dez melhores softwares contábeis: Domínio, Arquivoi, ContaAzul, Mastermaq, Omie, Contmatic – Contador online, Nucont, Sage, HubCont e Nibo.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente artigo utilizou métodos de pesquisa científica que propiciaram a exploração dos aspectos que envolvem o problema e o levantamento dos resultados. De acordo com Gil (2008, p. 27) entende-se “método como caminho para se chegar a determinado fim e método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicas adotadas para se atingir conhecimento”.

Este trabalho de pesquisa foi fundamentado em uma revisão bibliográfica e documental, utilizou-se o método comparativo. Partindo-se do que se espera de um Sistema para atendimento das necessidades contábeis e fiscais da ESC e em seguida comparou-se os principais sistemas disponíveis no mercado para assim identificar o que mais se aproxima do perfil desejado.

A abordagem foi a qualitativa, pois buscou-se uma análise e interpretação profunda dos fatos particulares referentes à ESC. Posto isto, ocorre a impossibilidade de expressar em dados numéricos os resultados da pesquisa (KAUARK, 2010). Sendo que o objetivo foi identificar qual Sistema de Informação Contábil disponível no mercado que poderá auxiliar os escritórios de contabilidade a atenderem, além da sua carteira atual de clientes, à necessidade do controle contábil e fiscal da Empresa Simples de Crédito – ESC.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após análise do referencial teórico, verificou-se os cuidados quando da escolha de um sistema contábil e identificaram-se sistemas de informação que podem ser utilizados nos escritórios de contabilidade para que satisfaçam as necessidades dos seus clientes, inclusive a ESC, bem como confirmam agilidade ao processo de atendimento às obrigações fiscais e contábeis.

A análise realizada na legislação que institui a Empresa Simples de Crédito, leva a conclusão de que o sistema contábil para atender a este tipo de empresa deve proporcionar as seguintes integrações e funcionalidades.

QUADRO 1: integrações e funcionalidades necessárias no sic

1. Gerar relatórios dos empréstimos já realizados para controle e avisar quando da proximidade do valor total das operações da ESC estar próxima ao capital realizado.
2. Gerar relatórios dos empréstimos já realizados para controle e avisar quando da proximidade da receita bruta anual da ESC em relação ao valor limite da receita bruta para Empresa de Pequeno Porte (EPP).
3. Gerar o arquivo do contrato para assinatura do proponente e do aceitante quando da formalização do contrato, cuja cópia deverá ser entregue à contraparte da operação;
4. Ter integração com o banco conta movimento de titularidade da ESC para que as operações de débito e crédito sejam realizadas no próprio sistema.
5. Deve integrar-se a base de dados de informações de adimplementos e de inadimplementos para que a ESC possa providenciar a anotação, com maior facilidade e na forma da legislação em vigor
6. Deve integrar-se com o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED afim de que a ESC cumpra sua obrigação de transmitir a Escrituração Contábil Digital (ECD) atendendo as leis comerciais e fiscais.
7. Deve considerar o percentual de 38,4% (trinta e oito inteiros e quatro décimos por cento) de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica IRPJ e 38,4% (trinta e oito inteiros e quatro décimos por cento) de Contribuição do Lucro Líquido - CSLL sobre as operações realizadas pela Empresa

Simplex de Crédito (ESC).
8. Possibilitar o controle de cobranças.
9. Devido à recente criação da ESC é necessário que o sistema possibilite consultas a legislações e demais normas que impactam na rotina de gestão, nas obrigações contábeis e fiscais.

Fonte: Autores

A pesquisa em fontes que são referencia em dar orientações sobre softwares contábeis apontou que os sistemas Domínio e Nasajon são os mais recomendados. Em relação a estes sistemas pode-se traçar o seguinte comparativo.

Quadro 2: Comparativo dos sistemas domínio e Nasajon.

Atributo	Sistema Domínio	Sistema Nasajon
Gerar relatórios dos empréstimos já realizados para controle e avisar quando da proximidade do valor total das operações da ESC estar próxima ao capital realizado;	Dentro do emissor de ordem de pagamento é possível escrever regra de limite de valor acumulado de transferências sendo assim quando o acumulado de ordens de pagamento atingir o valor do capital realizado, não será possível enviar a ordem ao banco.	O sistema adapta-se com todos os regimes tributários, é possível automatizar a consolidação de saldos e relatórios. Criar painéis personalizados das demonstrações contábeis e relatórios de verificação de desempenho e tendências para apoio ao planejamento e a tomada de decisão.
Gerar relatórios dos empréstimos já realizados para controle e avisar quando da proximidade da receita bruta anual da ESC em relação ao valor limite da receita bruta para Empresa de Pequeno Porte (EPP)	O sistema possui funcionalidades de aviso que pode ser adaptado a ESC para informar da proximidade do atingimento do limite de receita bruta.	É possível automatizar a consolidação de saldos e relatórios.
Gerar o arquivo do contrato para assinatura do proponente e do aceitante quando da formalização do contrato, cuja cópia deverá ser entregue à contraparte da operação	O sistema possibilita a emissão de documentos para assinatura.	O ERP Serviços possibilita ampliação da visão das operações, adaptando-se as necessidades da empresa quando da realização dos serviços.

<p>Ter integração com o banco conta movimento de titularidade da ESC para que as operações de débito e crédito sejam realizadas no próprio sistema</p>	<p>O sistema oferece a funcionalidade de emissão de ordem de pagamento ao banco vinculado a conta bancária da empresa. Recebendo a solicitação e havendo disponibilidade de limite o banco credita o valor na conta do cliente da ESC.</p>	<p>Integração com os módulos API.</p>
<p>Deve integrar-se a base de dados de informações de adimplementos e de inadimplementos para que a ESC possa providenciar a anotação, com maior facilidade e na forma da legislação em vigor</p>	<p>O sistema possibilita o controle de inadimplência e auxilia na definição da melhor estratégia de cobrança bem como registro do histórico.</p>	<p>O Nasajon Finanças gera relatório inadimplência e faz análise de crédito personalizado além de calcular juros e multas.</p>
<p>Deve integrar-se com o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED a fim de que a ESC cumpra sua obrigação de transmitir a Escrituração Contábil Digital (ECD) atendendo as leis comerciais e fiscais.</p>	<p>O sistema tem integração aos módulos do SPED.</p>	<p>O sistema Scritta possibilita a integração com sistemas municipais, estaduais e federais bem como gera os devidos arquivos digitais.</p>
<p>Deve considerar o percentual de 38,4% (trinta e oito inteiros e quatro décimos por cento) de Imposto de Renda e 34,8% de CSLL sobre as operações realizadas pela Empresa Simples de Crédito (ESC)</p>	<p>O sistema possibilita a apuração do IRPJ, CSLL para o Lucro Real.</p>	<p>Possibilita realização do Controle automático de retenções e bem como gera títulos de impostos retidos dentre eles CSLL e IRPJ.</p>
<p>Central de cobranças</p>	<p>O sistema possibilita o controle de inadimplência e auxilia na definição da melhor estratégia de cobrança bem como registro do histórico.</p>	<p>O Nasajon Finanças gera relatório inadimplência e faz análise de crédito personalizado além de calcular juros e multas.</p>
<p>Devido a recente criação da ESC é necessário que o sistema possibilite consultas a legislações e demais normas que impactam na rotina de gestão, nas obrigações contábeis e fiscais.</p>	<p>O sistema possibilita essa tarefa.</p>	<p>O sistema não possui essa finalidade.</p>

Fonte: Autores

A avaliação do comparativo evidência que, das necessidades de sistema de informação contábil necessário ao atendimento da ESC, ambos os sistemas Domínio e Nasajon oferecem subsistemas capazes de atender. Vale ressaltar que os dois sistemas se constituem em ERPs, sigla em inglês que significa Sistema Integrado de Gestão Empresarial o que possibilita integrar o módulo gestão alimentado pelo empresário, cliente do escritório contábil com o sistema de informação contábil utilizado pelo contador possibilitando agilidade nos processos dentre outras vantagens. Destaque para o sistema Domínio que apresenta como vantagem realizar consultas a legislações e demais normas que impactam na rotina de gestão, nas obrigações contábeis e fiscais do cliente cuja escrituração está sendo feita.

5. CONCLUSÕES

Este trabalho tratou do tema “A Contabilidade e a Tecnologia” com foco na Empresa Simples de Crédito e o Sistema de Informação Contábil e teve como objetivo identificar qual o Sistema de Informação Contábil disponível no mercado que poderá auxiliar os escritórios de contabilidade a atenderem, além da sua carteira atual de clientes, à necessidade do controle contábil e fiscal da Empresa Simples de Crédito – ESC.

Observou-se que a ESC se constitui em oportunidade significativa para acessar o crédito de pequenas empresas. É um cliente em potencial dos escritórios de contabilidade. Qualquer empresa que não seja do Simples nacional pode constituir-se em uma ESC, logo os escritórios de contabilidade, que já possuem clientes com perfil para serem ESC, podem incentivar essas empresas a adentrarem neste mercado que vai contribuir para o desenvolvimento territorial do município e circunvizinhos.

A pesquisa apresentou a indicação de dois sistemas, Domínio Sistemas e Nasajon, que se adotados pelos escritórios de contabilidade atenderão em todos os aspectos necessários as necessidades de gerenciamento, escrituração contábil e fiscal.

A presente pesquisa não tem a pretensão de esgotar o tema relacionado à Empresa Simples de Crédito. Faz-se necessário uma análise minuciosa de possíveis melhorias na legislação da ESC bem como sugestões para edição de resoluções que aprofundem a problemática relacionada à operacionalização da ESC. Ressaltando a importância de se apropriar de forma mais profunda através de um estudo de viabilidade de uma Empresa Simples de Crédito para mensurar os impactos positivos e negativos possíveis desta empresa no ambiente de negócios em que for inserida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em: 09 Jun. 2019.

Lei Complementar nº 167, de 24 de abril de 2019. Disponível em:

<www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp167.htm> Acesso em: 08 Jun. 2019a.

Secretaria da Receita Federal. **SPED-Conheça o Sped**: Apresentação. Disponível em:

< <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/964>> Acesso em: 08 Jun. 2019b.

Secretaria da Receita Federal. **SPED-e-Financeira**: O que é. Disponível em:

<<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1499>> Acesso em: 09 Jun. 2019c.

Secretaria da Receita Federal. **Instrução Normativa nº1774**, de 22 de dezembro de 2017.

Disponível em:

<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=88912>.

Acesso em: 09 Jun. 2019d.

Secretaria da Receita Federal. **Instrução Normativa nº1571**, de 02 de julho de 2015. Disponível

em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=65746&visao=original>>

Acesso em: 09 Jun. 2019e

DIÁRIO DO COMERCIO. **Entenda como vai funcionar a Empresa Simples de Crédito**.

Disponível em: <<https://dcomercio.com.br/categoria/leis-e-tributos/entenda-como-vai-funcionar-a-empresa-simples-de-credito>>. Acesso em 25 Jun. 2019.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal III**: O Brasil na era do Conhecimento: como a certificação digital, SPED e NF-e estão transformando a Gestão Empresarial no Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Ideas@Work, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. Ed. – São Paulo. Atlas, 2002.

Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. Ed. – São Paulo. Atlas, 2008.

KAUARK, Fabian da Silva. MANHÃES, Fernanda Castro. MEDEIROS, Carlos Henrique.

Metodologia da Pesquisa: Um guia Prático. – Itabuana: Via Litterarum, 2010.

KOUNROUZAN, M. C. O perfil do profissional contábil. Disponível em:

<<http://www.oswaldocruuz.br/download/artigos/social17.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**/ José Carlos Marion. - 14. ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

NIBO. **Panorama Completo dos Softwares Contábeis**. Disponível em:
<<https://www.nibo.com.br/wp-content/uploads/2016/09/Panorama-dos-Softwares-Contabeis-NIBO.pdf>>. Acesso em 03 jul. 2019.

PAIVA, Simone Bastos. **O processo decisório e a informação contábil: Entre objetividades e subjetividades**. Revista Brasileira de Contabilidade, n. 123 p. 76-82 – mai./jun. 2000.

Serviço Brasileiro de Apoio As Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. **Estudo de Mercado Pequenos negócios em números**. Disponível em:
< <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD> >. Acesso em: 23 jul. 2019.

A ADMINISTRAÇÃO SOBRE OS CUSTOS ADMINISTRATION OF COSTS

Janara Jenifer Engel¹
Maïke Bauler Theis²

RESUMO

A Gestão de Custos, é uma atividade realizada, para se obter organização para a empresa ter base, adquirir as informações prestadas, sobre a forma de produção que vai ser realizada, e assim se ter um controle maior do estoque. A empresa necessita de um bom planejamento, de uma ótima estrutura profissional, para com isso se adquirir bons resultados nas vendas, pois a estratégia, a análise sobre o mercado concorrente, é muito importante. A empresa precisa para si mesma, inovar, buscar mudanças, trazendo assim, um bom posicionamento. Assim a Gestão de Custos, é indispensável, o conhecimento do produto é essencial, para se poder saber sobre o valor de um produto, e saber o retorno que dará. Este trabalho foi realizado, com o objetivo explicativo, repassando da melhor forma possível, o contexto sobre os custos, fazendo a entender sua importância nas empresas, obtendo assim uma melhor compreensão.

Palavras Chave: Custos. Administração. Finanças.

Abstract

Cost Management is an activity carried out to obtain organization for the company to have a basis, acquire the information provided, about the form of production that will be carried out, and thus have greater control over inventory. The company needs good planning, an excellent professional structure, in order to achieve good sales results, as the strategy, the analysis of the competing market, is very important. The company needs to innovate, seek changes, thus bringing a good positioning. Therefore, Cost Management is essential, knowledge of the product is essential, to be able to know about the value of a product, and to know the return it will give. This work was carried

¹ Centro universitário Leonardo DaVinci - janarae45@gmail.com

² Centro universitário Leonardo DaVinci – maïke.theis@uniasselvi.com.br

out, with the objective of explanation, going over the context of costs in the best possible way, making their importance in companies clear, thus obtaining a better understanding.

Keywords: Costs. Administration. Finance.

1 INTRODUÇÃO

Obtendo o estudo sobre Gestão de Custos, analisa-se a importância da mesma, como funciona o mercado, com a concorrência de custo de cada empresa, são vários pontos para se verificar, e conseguir sempre colocar a empresa com um ótimo planejamento, controle de vendas, assim adquirindo o domínio para tomada de decisões. Foi citado os custos Diretos e Indiretos e Custos Fixos e Variáveis, para melhor entendimento.

Nas empresas, é muito comum ver no cotidiano, a questão de se formar um preço, ao mesmo tempo analisar o mercado competitivo, para obter resultados melhores para sua empresa, é uma questão de posicionamento para se destacar da melhor maneira possível, isso fez com que, as empresas buscassem soluções inovadoras para melhor desenvolvimento empresarial.

Vale ressaltar que a Gestão de Custos é essencial, para um bom funcionamento, tornar a empresa mais competitiva, evitar prejuízos financeiros e materiais, devido o controle adquirido, e o crescimento na organização, desse modo, foi citado um pouco de cada item, para melhor conhecimento da área em que vemos no nosso dia a dia.

2 IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE CUSTOS

Segundo Leone (2012):

A contabilidade de custos é uma atividade que se assemelha a um centro processador de informações, que obtém e acumula dados, de forma organizada, e em seguida analisa e interpreta. Ou seja, refere-se às atividades de coleta e fornecimento de informações para tomada de decisões. Através da contabilidade de custos é possível obter informações sobre a forma de produção dos produtos e assim ter um controle maior no estoque da empresa.

Conforme CRCSP (2000) *apud* Vieira, Rossi e Poci (2003, p.36):

Conceitua-se contabilidade de custos da seguinte forma: é o processo ordenado de usar princípios da contabilidade geral para registrar os custos de operação de um negócio, de tal maneira que, como os dados da produção e das vendas, se torne possível á administração utilizar as contas para estabelecer os custos de produção e de distribuição, tanto por unidade, quanto pelo total, para um, ou para todos os produtos fabricados, ou serviços prestados e os custos das outras diversas funções do negócio, com a finalidade de obter operação eficiente, econômica e lucrativa.

Segundo Marion (2009), “o objetivo da contabilidade está ligado a fornecimento de informações estruturadas com base na economia, finanças, física, de produtividade e social, para os usuários da contabilidade, ou seja, para os gerentes, trabalhadores, donos ou quaisquer usuários internos e externos da organização.”

Martins (2003) afirma que “a contabilidade de custos é uma área da contabilidade que se foca em gerar informações para todos os níveis gerenciais de uma organização, para auxiliar as funções de planejamento, controle e tomada de decisões.”

3 MERCADO COMPETITIVO

O mercado cada vez mais competitivo e as constantes mudanças no que diz respeito a lucratividade, tem estimulado empresas a se tornarem cada vez mais competitivas, a fim de sobreviverem e se adaptarem com empresas do mesmo segmento a este novo cenário, fato este que tem gerado nas empresas uma necessidade de utilização de estratégias inovadoras na busca por ações que possibilitem uma maior competitividade (Moreira *et al.* 2015; Wernke, 2012), com todo avanço atualmente, a competitividade se torna sempre maior, pois cada empresa se adapta de um modo, onde acaba facilitando algum processo, e as adversárias tentam ao mesmo tempo, inovar a si mesmas.

Conforme afirma Torres (1995, p. 120):

Toda empresa precisa se posicionar estrategicamente em termos de competitividade e concorrência. Esse posicionamento pode se dar pela escolha de um nicho de mercado, ou procurando-se a diferenciação em relação aos concorrentes, ou ainda com eficiência elevada, de forma a oferecer produtos de qualidade exigida pelo mercado, mas com preços muito competitivos.

Com todo esse processo, para Braga e Merlo (2007):

Isso tem estimulado as empresas a buscarem soluções inovadoras que ajudem a melhorar o desenvolvimento de suas atividades. Características como a busca pela eficiência, maior entendimento da relação com o consumidor e melhor gerenciamento dos custos e preços dos produtos, são recursos de grande relevância para empresas que estão submetidas a uma crescente concorrência.

Essa busca por soluções no mercado, são mudanças que segundo Sousa e Beuren (2005), “obrigam os gestores a terem uma visão mais ampla, no que diz respeito a seus custos e preços, procurando adaptar-se à sua estrutura e ao mercado. Esse entendimento é necessário na conquista de melhores desempenhos tanto na produção, quanto na agregação de valor.”

Segundo Perez, Oliveira & Costa (2006):

Pensando nisso, é necessário fazer uso de ferramentas que possibilitem obter informações para a tomada de decisão, logo fazer uso da contabilidade de custos é um diferencial a mais para o auxílio dos gestores na hora de tomar decisão com relação a formação de preço, uma vez que a contabilidade de custos é uma ferramenta que proporciona informações de grande relevância.

4 FORMAÇÃO DE PREÇOS

De acordo com Sardinha (1995):

O preço pode ser definido como a quantidade de dinheiro que o consumidor desembolsa para adquirir um produto, e que a empresa recebe em troca da cessão do mesmo. A partir desta definição, pode-se dizer que preço é o valor monetário pago pelo consumidor visando satisfazer suas necessidades, enquanto o fornecedor o recebe na expectativa de obter lucro com a transação.

Horngren, Foster e Datar (2000) abordam:

Outro aspecto a esse respeito, argumentando que o preço de um produto ou serviço depende da oferta e da procura. Acrescentam que há três influências principais que incidem sobre as decisões de preços: os clientes, os concorrentes e os custos. Os clientes influenciam na formação dos preços, na medida em que analisam o valor cobrado pelo bem ou serviço e os benefícios que poderão vir a ter se adquiri-los, comparativamente a alternativas de aquisição no mercado. Os concorrentes têm reações aos preços praticados por outras empresas e podem forçá-las a reduzi-los na tentativa de manterem-se competitivas. Os preços são fixados na expectativa de recuperarem os custos e gerarem lucro; nesse sentido, o estudo do comportamento dos custos proporciona a compreensão da sua influência nos preços e dos impactos resultantes das combinações de preços e volume de venda dos produtos.

De acordo com Wernke (2012):

O ambiente de mercado encontra-se caracterizado por uma acirrada concorrência que faz com que ocorra uma redução nas margens de lucro obtidas. Em função disso, a precificação passa a ser uma das estratégias a ser adotada para a sobrevivência das empresas, independente do seu porte ou ramo de atuação, pois cada vez mais os consumidores usam o fator preço como requisito para suas compras. Assim, a adequada formação de preços é um dos fatores de grande importância, com relação ao planejamento da empresa para obter sucesso na busca de novos mercados, uma vez que os consumidores buscam produtos e serviços com qualidade e, preços mais acessíveis.

Jung e Dall'agnol (2016), afirmam que “precificar compreende entender os preços que se pretende cobrar e os custos que se tem para isso, buscando primar pelo equilíbrio dos elementos que compõe o preço, dando uma maior atenção aos custos [...]”

“Em consonância com as ideias do autor, destaca-se que a gestão do preço e a gestão de custos não podem ser tratadas de maneira isolada, dado a estreita relação que existe entre elas” (Machado & Souza, 2006).

Conforme esses autores, deve-se analisar o ambiente da empresa também, pois precisa-se ter uma base de custo, um parâmetro inicial, ou uma análise juntamente com a prática que está no mercado, para que não ocorra nenhuma perda.

4.1 Formação de preço baseado no custo

Segundo Horngren, Foster & Datar, “há três influências principais sobre as decisões de preço: clientes, concorrentes e custos. Essas influências estão intimamente ligadas às decisões de preço baseadas no mercado e no custo.”

O preço de um produto ou serviço possui alguns modos para ser calculado, segundo Nonaka, Souza e Pavione (2015), “um dos métodos mais utilizados no processo de formação de preços é o baseado em custos, em virtude de sua praticidade e simplicidade, uma vez que por essa forma, calcula-se quanto pretende-se ganhar com base no custo de aquisição dos produtos.”

“Dessa forma, para se calcular o preço por esse método, o custo do bem ou serviço é a referência a ser usada como base, sobre o qual é acrescentado uma margem chamada *mark-up*, que tem que ser estimada visando cobrir os gastos não incluídos no custo, os tributos e as comissões sobre o preço e o lucro pretendido pelos administradores” (Martins, 2010). Segundo Wernke, 2012, Santos, Leal & Miranda (2014), “com relação ao *mark-up* este consiste na aplicação de um índice percentual aplicado sobre os gastos de certo produto, no seu processo de cálculo podem ser acrescentados todos os itens que a gestão deseja cobrar no preço de venda do produto.”

Ainda com relação ao método de formação de preços baseados em custos Bruni e Famá (2012), afirmam que “este método procura agregar valor aos custos, para isso calcula-se os custos dos produtos, sendo que, depois de apurado os custos, adiciona-se uma margem de lucro desejada, compondo assim, o preço de venda.”

4.2 Custos Diretos

Beulke (2012) conceitua “Custos diretos aqueles que devem ser identificados diretamente em cada unidade vendida. Dando exemplo dos custos relativos à aquisição da mercadoria ou relativos ao emprego de material direto no processamento industrial dos bens.”

Complementando, Rocha e Martins (2015) dizem que:

Quando se consegue identificar, mensurar e calcular o custo em relação à produção, de maneira clara, direta, precisa, objetiva e economicamente viável, este custo é direto. Ainda

dão exemplos como a matéria-prima, sabe-se quanta matéria prima é gasta e que está diretamente relacionada ao produto, logo é um custo direto; da mesma forma a mão de obra direta, que como o próprio nome diz, é diretamente usada na produção do produto, logo, será um custo direto.

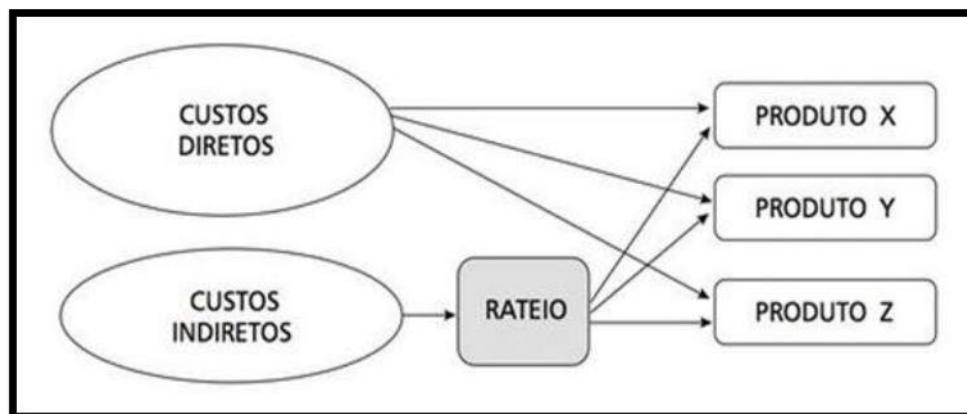
Ou seja, o custo direto é aquele que é mais fácil de atribuir o valor, que está ligado diretamente ao produto final, assim não obtendo dificuldades no processo, não precisando de rateio também.

4.3 Custos Indiretos

Os custos indiretos são aqueles difícil de atribuir um valor para cada unidade produzida, já sendo ao contrário dos custos diretos, os custos indiretos não estão ligados, diretamente ao produto final.

Souza e Clemente (2011) exemplificam e diferenciam os custos diretos dos custos indiretos, conforme Figura 1.

Figura 1: Apropriação dos custos diretos e indiretos aos produtos



Fonte: SOUZA e CLEMENTE, 2011, p. 29.

Observando a figura, os custos indiretos, como o próprio já diz, que não são atribuídos de forma direta ao produto, somente através de rateio, pois não estão relacionados diretamente ao produto ou serviço, e ao mesmo tempo serve para distribuir os custos, quando não se consegue determinar com assertividade a qual produto se atribui.

4.4 Custos Fixos

Santos (2006) “classifica custos fixos como gastos independentes de produtividade, ou seja, não está ligado ao quanto a empresa gera em vendas, independente do quanto for criado, a empresa tem que arcar com esse valor.”

De acordo com Bruni e Famá (2004, p.32), são custos que, em determinado período de tempo e em certa capacidade instalada, não variam, qualquer que seja o volume de atividade da empresa. Existem mesmo que não haja produção [...]. Exemplos clássicos de custos fixos podem ser apresentados por meio dos gastos com alugueis e depreciações independentemente dos volumes produzidos, os valores registrados com ambos os gastos serão os mesmos. É importante destacar que a natureza de custos fixos ou variáveis está associada aos volumes produzidos e não ao tempo. Assim, se uma conta de telefone apresenta valores diferentes todos os meses, porém não correlacionados com a produção, esses gastos devem ser classificados como fixos – independentemente de suas variações mensais. Os custos fixos possuem uma característica interessante: são variáveis quando calculados unitariamente em função das economias em escala.

4.5 Custos Variáveis

Esses custos variam de acordo com a produção de produtos dentro da empresa, é usado para auxiliar no gerenciamento da empresa.

Conforme Bomfim e Passarelli (2006, p.194):

Custos variáveis, o custo das mercadorias vendidas do Demonstrativo de Resultado deve refletir os custos primários (materiais e mão-de-obra) somente dos serviços completados, consistentes com a as receitas relatadas no mesmo período. O estoque de materiais disponíveis ao final do período (no armazém, na loja ou nos locais de prestação de serviço), deduzido do total das compras e acrescido ao estoque inicial do período, é usado para determinar o custo das mercadorias ou materiais consumidos nos serviços executados durante esse mesmo período. Para determinar o custo de mão-de-obra nos trabalhos completados, usa-se o saldo da conta de salários diferidos no começo e no fim do período. Soma-se o custo de toda mão-de-obra paga durante o período e, dessa soma, se deduz o total da conta de salários diferido no início e o total pendente diferido no final do período. A mão-de-obra pendente é o total de mão-de-obra paga ou reservada no final do período, referente aos trabalhos em processo de execução e não faturados até o final do período. Outros custos variáveis (como transporte, encargos sociais, etc) são tomados por estimativa na elaboração do orçamento preparado para o cliente, de forma que, quanto maior o trabalho, maior parcela de alocação dessas despesas variáveis receberá, além da alocação dos outros custos fixos operacionais.

5 METODOLOGIA

O atual estudo possui natureza aplicada, com objetivo explicativo, baseado em uma pesquisa para contextualizar sobre os custos, obtendo uma explicação sobre o mercado competitivo, onde nele se forma os preços analisados, abordando as características principais de Custos Diretos, Indiretos e Custos Fixos, Variáveis a partir do enfoque qualitativo, para esses resultados servir como base, pois isso está no convívio de uma contabilidade para melhor controle empresarial.

6 RESULTADO E DISCUSSÕES

No decorrer deste trabalho é ressaltado a explicação de custos como: Custo Direto, Indireto e Custo Fixo, Variável e também sobre o mercado competitivo e a formação de preço que se faz, para obter melhor resultado dentro de uma empresa.

Neste trabalho realizado virtualmente, o objetivo principal, estava em alcançar uma explicação e entendimento concreto, como ocorre essa parte de contabilidade, onde se tem um processo para melhor organização e competitividade no mercado de trabalho.

7 CONCLUSÃO

A pesquisa fez uma exposição do conhecimento adquirido, sobre a gestão de custos, que se torna uma atividade que agrupa as informações para tomada de decisões dentro da empresa. Onde essas informações são coletadas para melhor organização e gerenciamento. São observados inclusive o mercado de trabalho, que cada vez está mais competitivo, assim sendo preciso fazer uma análise, para com isso, tornar a empresa em si, mais eficiente.

Através dos dados expostos no trabalho, foi possível compreender que para se calcular o preço de um produto, é preciso verificar o valor de custos, após apurar esses valores, adiciona-se uma margem de lucro, obtendo assim o preço de venda, colocando em prática sua venda, após a verificação de cada ponto importante, para chegar no preço principal e desse modo, fazer sua empresa lucrar.

Dessa forma, foi citado alguns exemplos de custos, para melhor compreensão, sendo Custo Direto, aquele que está ligado diretamente com o produto final, se tornando mais fácil, já o Custo Indireto, este precisa passar pelo rateio antes, não está vinculado com o produto final. Os Custos Fixos não variam, independente da produção realizada, diferente dos Variáveis, que como o próprio nome diz, variam com a produção da empresa. Contudo, esse tema abordado, faz parte da contabilidade, das empresas no dia-a-dia, o quesito era compreender melhor e repassar a importância dos Custos em uma venda.

REFERÊNCIAS

BEULKE, Rolando; BERTÓ, Dalvio José. **Gestão de Custos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva 2012.

BRAGA, S. S. Jr.; MERLO, E. M. (2007). **Análise da gestão de custos na formação de preço no varejo: um estudo em um supermercado de médio porte.** Revista de Administração da Unimep, 5, (3),19-34.

BRUNI, A./; FAMÁ, R. (2012). **Gestão de custos e formação de preço: com aplicações na calculadora HP 12C e Excel** (3ª ed.). São Paulo: Atlas.

BRUNI, A. L; FAMÁ R. **Gestão de Custos e Formação de Preços.** 3 ed. São Paulo: Atlas 2004.

CALLADO, A. L. C.; et al. (2007). **Custos e formação de preços no agronegócio.** Revista de Administração FACES Journal, 6 (1), 52-61.

HORNGREN, C. T.; FOSTER, G.; DATAR, S.M. (2000). **Contabilidade de custos.** Rio de Janeiro: LTC.

HORNGREN, C. T.; FOSTER, G.; DATAR, S. M. **Contabilidade de Custos.** Trad. José Luiz Paravato - 9.ed. LTC Editora: 2000.

JUNG, P.; DALL'AGNOL, R. **Formação de Preços em Hotelaria: Um Estudo de Caso.** Revista Turismo: Visão e Ação, 18 (1),106-133.

LEONE, George Guerra. **Custos: planejamento, implantação e controle.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MACHADO, D. G.; SOUZA, M. A. (2006). **Análise das relações entre a gestão de custos e a gestão do preço de venda: um estudo das práticas adotadas por empresas industriais conserveiras estabelecidas no RS.** Revista Universo Contábil, 2 (1), 42-60.

MARION, J. C. **Introdução à Contabilidade com Ênfase em Teoria.** Campinas – SP, Ed. Alínea, 2009. v. 1.

MARTINS, E. (2010). **Contabilidade de Custos** (10a ed). São Paulo: Atlas.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos.** [S.l.]: São Paulo, Atlas S.A., 2003. v. 9.

MOREIRA, A. K. X. et al. (2015). **Determinantes dos custos em empresas do setor moveleiro.** Revista ABCustos, 10 (1),51-72.

NONAKA, P., Souza, A. A.; PAVIONE, C. S. (2015, novembro). **Uma análise do processo de formação de preço de uma empresa do setor de informática.** Anais do XXII Congresso Brasileiro de Custos. Foz do Iguaçu, PR, Brasil.

PEREZ, J. H., Jr.; OLIVEIRA, L, M.; COSTA, R. G. (2006). **Gestão estratégica de custos** (5a ed). São Paulo: Atlas.

ROCHA, Welington; MARTINS, Eliseu. **Métodos de Custeio Comparados: Custos E Margens Analisados sob Diferentes Perspectivas.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SANTOS, J. L.; SCHIMIDT, P.; PINHEIRO, P. R.; **Fundamentos de Gestão Estratégica de Custos.** [S.l.]: São Paulo, Atlas S.A., 2006. v. 23.

SAOUSA M. A. B.; BEUREN I. M. (2005). **Etapas de implantação de um sistema de controles de gestão com ênfase em custos em uma empresa industrial de porte médio.** Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, 10 (1), 9-24.

SARDINHA, J. C. (1995). **Formação de preço: a arte do negócio.** São Paulo: Makron Books.

SOUZA, Alceu; CLEMENTE, Ademir. **Gestão de custos: aplicações operacionais e estratégicas: exercícios resolvidos e propostos com utilização do Excel.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TORRES, Norberto A. **Competitividade empresarial com a tecnologia de informação.** São Paulo: Makron Books, 1995.

WERNKE, R. (2012). **Gestão de custos no comércio varejista.** (1a ed). Curitiba: Juruá.

WERNKE, R. (2012). **Gestão de custos no comércio varejista** (1a ed). Curitiba: Juruá.
Zuccolotto, R., & Colodeti Filho, E. (2007). **Gerenciamento de preços em empresas de pequeno porte por meio do custeio variável e do método de Monte Carlo.** *Revista Enfoque: Reflexão Contábil*, 26 (3),39-52.

ZUCCOLOTTO R.; COLODETI Filho, E. (2007). **Gerenciamento de preços em empresas de pequeno porte por meio do custeio variável e do método de Monte Carlo.** Revista Enfoque: Reflexão Contábil, 26 (3),39-52.

FONTES DE FINANCIAMENTOS PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
SOURCES OF FINANCING FOR MICRO AND SMALL ENTERPRISES

Cleide Jane Gruber Merizio¹
Estelamaris Reif²

Resumo

Para as empresas empreenderem projetos desejáveis, precisam captar recursos, ou seja, preocupar-se também com as fontes de capital. O desenvolvimento das empresas em qualquer país depende diretamente da existência de mecanismos adequados de financiamento ao seu crescimento. A inovação é uma das atividades das empresas que mais demandam recursos, fato agravado ainda pelo retorno do investimento ser na maioria dos casos, a médio prazo. No caso brasileiro, as taxas de juros praticadas pelos bancos comerciais inviabilizam qualquer tipo de financiamento para inovação ou para qualquer atividade que não seja de curtíssimo prazo. Há necessidade, portanto, de programas de financiamentos especiais ligados aos bancos e empresas públicas que atendam aos interesses estratégicos do país de estimular suas empresas a inovarem para competir no mercado nacional e internacional.

Palavras-chave: Empreender, Capital, micro e pequenas empresas.

Abstract

¹ Centro Universitário Leonardo DaVinci – Cleide.merizio@uniasselvi.com.br

² Centro Universitário Leonardo DaVinci – estelamaris.reif@uniasselvi.com.br

For enterprises to undertake desirable projects, they need to raise funds, that is, to be concerned also with the sources of capital. The development of companies in any country depends directly on the existence of adequate financing mechanisms for their growth. Innovation is one of the activities of the companies that most demand resources, a fact exacerbated by the return on investment in most cases, in the medium term. In the Brazilian case, the interest rates practiced by the commercial banks make impossible any type of financing for innovation or for any activity that is not of very short term. There is a need, therefore, for special financing programs linked to banks and public companies that meet the strategic interests of the country to stimulate its companies to innovate to compete in the national and international market.

Keywords: Entrepreneurship, Capital, micro and small businesses.

1 INTRODUÇÃO

A decisão de financiamento visa determinar a melhor forma de financiar as operações e os investimentos em ativos de longo prazo da empresa, determinar a estrutura de capital mais adequada, ou seja, qual o percentual de capital próprio e de terceiros que a empresa deve ter e quais os custos do capital.

Geralmente, as decisões de investir são tomadas pelos proprietários ou pela direção da empresa. Cabe ao gestor financeiro encontrar formas de captar recursos de curto ou longo prazo, de acordo com o tipo de investimento – ativo permanente ou em capital de giro, de tal forma que as taxas sejam as mais adequadas ao plano de negócio, considerando a moeda referência, o prazo de carência, o prazo de amortização, datas de pagamentos, garantias exigidas, contraparte da empresa e da entidade financiadora.

A decisão de financiamento tem despertado, um interesse cada vez maior a nível científico, que deu origem a um grande número de teorias, que se foram progressivamente aproximando da realidade relativa às práticas de decisão de financiamento das empresas.

Teorias sugerem que as empresas selecionam sua estrutura de capital de acordo com determinados atributos teóricos relevantes, tais como tamanho da empresa, grau de crescimento do negócio, estrutura dos ativos (tangíveis versus intangíveis), singularidade dos produtos oferecidos, lucratividade, volatilidade dos resultados operacionais, entre outros.

A relevância desses atributos sobre a decisão de financiamento deriva do impacto que eles seriam capazes de exercer sobre os custos e benefícios associados à emissão de ações ou de dívida.

Dessa forma, não haveria uma estrutura de capital ótima, mas uma estrutura de capital mais apropriada ao perfil de cada empresa.

As decisões da estrutura de capital são consideradas muito importantes no contexto da gestão financeira das empresas e estão principalmente relacionadas ao estabelecimento da política ideal de endividamento, ou seja, aquela que tende a maximizar o valor da empresa e, em consequência, a riqueza dos acionistas.

1.1 DEFINIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA DE PESQUISA

O cenário econômico brasileiro tem passado por transformações significativas, especialmente a partir dos anos 90, com a estabilização dos preços, reformas em setores chave da economia com a abertura comercial, reforma do sistema financeiro, administrativo, público e previdenciário implantando novas regras e novos controles ao sistema como um todo.

Considerando que, para a realidade brasileira, o contexto que envolve o acesso ao financiamento pelas empresas se pode resumir, nomeadamente, pela existência de uma estrutura empresarial caracterizada predominantemente, por empresas de tipo familiar, um mercado de capitais ainda em desenvolvimento; custos elevados para o acesso ao financiamento bancário, e a forte pressão fiscal exercida sobre os rendimentos das empresas e dos particulares, pretende-se estudar o processo da decisão de financiamento utilizado por algumas empresas industriais.

1.2 JUSTIFICATIVA e RELEVÂNCIA

As motivações que nos encaminharam para a escolha deste tema prendem-se primeiramente com a vontade de conhecer, quais os critérios utilizados pelas empresas ao decidirem que fontes de financiamento adotar e, sobre os fatores determinantes da estrutura de capitais. Assim, o presente estudo, ao abordar todo o processo de financiamento, visa contribuir para a determinação dos fatores críticos inerentes a essas decisões e, por essa via, para o aumento do conhecimento sobre as melhores soluções de financiamento. Simultaneamente, este trabalho também contribui para incentivar a elaboração de estudos complementares e alternativos sobre esta área de conhecimento.

1.2.1 Quanto à importância

A captação de recursos não é apenas obtenção de dinheiro, mas sim estabelecer e gerenciar relacionamentos com pessoas e organizações que podem ter interesse em sua organização.

A obtenção bem-sucedida de fundos não ocorre por acaso, mas ao contrário, deve-se ao esforço árduo por parte de indivíduos devidamente preparados para realizá-la. A captação de recursos requer planejamento, pesquisa e estratégia.

1.2.2 Quanto à oportunidade

Um empresário não deve aguardar um momento “oportuno” para captar recursos, ele deve solicitar assim que apresentar sua organização e seu plano para um possível doador.

1.2.3 Quanto à viabilidade

Ao fazer a pesquisa sobre quais os tipos de financiamentos existentes no mercado e qual a forma de obtenção desses financiamentos e a dificuldade de acesso ao crédito, nos fazem ver como é importante as instituições financeiras (principalmente bancos oficiais), quando suprem a necessidade dos recursos que a empresa necessita.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 AS FONTES DE FINANCIAMENTOS

Em geral, a ideia de financiamento está ligada a uma instituição financeira (bancos). No entanto, no decorrer das atividades de uma empresa, observaremos que existem outros financiadores dessas atividades, sendo que um deles pode ser o sócio ou proprietário.

Para entender o conceito de capital os estudiosos e doutrinados em contabilidade o definem como um fundo de valores ou conjunto de bens, créditos e débitos colocados à disposição da empresa, com a finalidade de gerar resultados econômicos.

A melhor estrutura de capital para uma empresa é aquela que a relação entre o Exigível a Longo Prazo e o Patrimônio Líquido produza o menor custo de capital. Porém, ainda não existem teorias conclusivas sobre a estrutura ótima de capital (HOJI, 2008, p.187).

Para fins de análise e tomada de decisões sobre estruturas de capital, são considerados somente fundos permanentes e de longo prazo, pois as estruturas de capital, por serem de natureza

estratégica, não são frequentemente alteradas. Mas pela escassez do capital de longo prazo, o capital de curto prazo pode assumir importância significativa em algumas empresas.

Com relação ao capital próprio, uma empresa, na sua constituição, não terá outra fonte desde que o crescimento da participação dos sócios ou do próprio, no caso de empréstimo individual. “Uma empresa precisa manter equilíbrio entre o capital próprio e o capital de terceiros. A partir de determinado grau de alavancagem financeira, o custo do empréstimo torna-se excessivamente alto, a ponto de inviabilizar sua captação.” (Hoji, 2008, p.195)

Encerrando o primeiro exercício (normalmente 365 dias, coincidindo com ano civil), pode-se verificar, se a empresa tem condição de se autofinanciar, ou seja, ter lucro suficiente para reinvestir. Se isto não ocorrer e ela necessitar investir, busca-se na fonte de recursos de terceiros, que pode ser junto aos fornecedores ou aos bancos.

O fato de uma empresa depender mais de recursos de terceiros do que outra, não significa necessariamente que esteja em situação difícil. Algumas empresas por sua característica necessitam ser financiadas. A forma como os financiamentos estão sendo realizados e aplicados é que irá determinar a viabilidade da empresa.

Numa empresa o ciclo financeiro é o tempo decorrido entre o instante do pagamento aos fornecedores pelas mercadorias adquiridas e o recebimento pelas vendas efetuadas. É o período em que a empresa necessita ou não de financiamento complementar do seu ciclo operacional.

2.2 CAPITAL DE GIRO OU INVESTIMENTO

Quando averiguamos sobre qual tipo de recurso na maioria das vezes os empresários confundem-se e não utilizam o recurso certo e conseqüentemente pagam mais caro pelo empréstimo. No mercado financeiro tem uma regra: quanto maior o prazo para pagamento, maior o risco do retorno do capital emprestado, assim maior a taxa do financiamento.

Quanto as taxas para empréstimos teremos taxas menores para capital de giro (empréstimos são de curto e curtíssimo prazo) e taxas maiores para investimentos (financiamentos de médio e longo prazos). O capital de giro é o recurso necessário para o dia a dia da empresa: compra de estoques, pagamento de despesas, etc. Corresponde aos valores aplicados em seu Ativo Circulante. Sem este recurso a empresa para. Segundo SEBRAE os fatores que levaram ao encerramento do negócio:

Figura 1: Motivo para Fechamento



Fonte: SEBRAE, 2019

Ainda segundo o SEBRAE as principais dificuldades encontradas na condução das atividades das empresas ativas:

Quadro 1: Dificuldades na condução de Empresas

Carga tributária elevada	68,2%
Falta de Capital de Giro	43,6%
Recessão Econômica do País	34,7%
Concorrência muito forte	33,1%
Maus Pagadores	22,6%
Falta de Crédito Bancário	18,2%
Falta de mão-de-obra qualificada	12,9%
Falta de clientes	11,3%
Problemas financeiros	10,1%

Fonte: SEBRAE, 2019

2.3 FONTES DE FINANCIAMENTOS DE CURTO PRAZO

Segundo Santi Filho (2002), as atividades de financiamento referem-se aos empréstimos e financiamentos de credores de empresas ou organizações, geralmente é destinado ao financiamento do capital de giro das empresas, para suprir suas necessidades.

Descontos de Duplicatas:

Neste tipo de operação a empresa obtém de um banco comercial um empréstimo de recursos, cujo prazo é igual a distância entre o momento em que a empresa recebe o valor efetivo emprestado, e o momento em que deveria ter a sua disposição os fundos envolvidos.

Empréstimos Bancários em Conta Corrente:

Esta operação pode ser chamada de linha de crédito. O banco comercial se compromete a conceder a uma empresa um crédito numa conta corrente que pode ser movimentada à vista.

Neste caso, a exigência de saldo médio exerce um impacto importante, já que as taxas de juros são fixadas e calculadas em função do movimento diário, segundo apuração dos saldos devedores.

Crédito Direto ao Consumidor (CDC):

Este tipo de operação é indiretamente uma fonte de recursos para as empresas, uma vez que ao facilitar ao comprador a aquisição de um bem durável, o mercado financeiro indiretamente financia e contribui para a sustentação de maior volume de vendas por parte das empresas produtoras e comercializadoras desses bens

2.4 FONTES DE FINANCIAMENTOS A MÉDIO E A LONGO PRAZO.

Neste item vamos explicar alguns tipos de financiamentos considerados de médio e longo prazo muito utilizado por empresas. A obtenção de recursos de terceiros a prazo superior a 6 meses ou um ano pelas empresas está relacionada à atuação de organismos e programas geridos pelas instituições financeiras governamentais.

Fundos Especiais de Instituições Públicas:

A partir de 1964 aumentou a atuação das instituições financeiras com participação crescente de órgãos governamentais.

- BNDES
- Banco do Brasil
- Caixa Econômica Federal
- Agência Especial de Financ. Industrial – FINAME.

Recursos Captados no Exterior:

A possibilidade de obtenção de recursos de terceiros oriundos de outros países foi efetivamente regulamentada a partir de 1964. Essa legislação refere-se aos empréstimos e ao investimento de capital de giro, embora também exista, como fundos, a possibilidade de financiamento das importações.

Empréstimo em Moeda:

Todas as operações de empréstimos em moeda, com recursos no exterior, exigem aprovação prévia do Banco Central.

3 METODOLOGIA

Após a escolha do tema foram realizados estudos principalmente com bases em pesquisas bibliográficas, que ficaram voltadas para os diversos conceitos sobre a decisão de financiamento e os aspectos mais importantes na tomada de decisão

A parte da pesquisa bibliográfica, foi elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet, onde então foi possível levantar dados de documentos, tabelas, gráficos e estatísticas sobre a captação dos recursos por parte das empresas.

“A pesquisa bibliográfica é a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres. Na pesquisa bibliográfica o investigador irá levantar o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para auxiliar a compreender ou explicar o problema objeto da investigação.” (KÖCHE, 1997, p.122)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O financiamento é um fator relevante a ser considerado pelo empresário no projeto, quando da decisão de instalar uma indústria, um comércio ou qualquer atividade produtiva, por isto existem diversas linhas disponíveis, com recursos públicos ou privados. Escolher qual a linha de

financiamento é mais conveniente, ou instituição financeira, é uma tarefa que pode ser decisiva ao futuro do empreendimento.

O importante é tratar as necessidades financeiras do negócio com prudência, não se deixando iludir pela oferta fácil de crédito, colocando em risco as garantias empenhadas. É bom lembrar que quanto maior for o risco do negócio, maiores serão os juros cobrados e as garantias exigidas.

REFERÊNCIAS

Hoji, Masakazu. **Administração Financeira e Orçamentária**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008. 187p.

Koche, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. 16.ed. Petropolis: Vozes, 1997.122p.

Santi Filho, Armando de. **Análise do Demonstrativo de Fluxo de caixa: enfoque sobre o EBITDA, sobre o fluxo de caixa operacional e sobre as políticas financeiras**. São Paulo, 2002. 264p.

SEBRAE 2019 Disponível em:
[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/333000e30d218194165cd787496e57f9/\\$File/5712.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/333000e30d218194165cd787496e57f9/$File/5712.pdf) Acesso em: 20.02.2019

O REFLEXO DA FRAGILIDADE DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NO DESEMPENHO ECONÔMICO DAS EMPRESAS

THE REFLECTION OF CORPORATE GOVERNANCE FRAGILITY IN BUSINESS ECONOMIC PERFORMANCE

Daniela Regina¹
Jantsh Julia Heloisa Schwanz Nascimento²
Maike Bauler Theis³
Sueli Viviani⁴

RESUMO

Este estudo objetiva verificar como a fragilidade da governança corporativa pode refletir no desempenho empresarial. Com intuito específico, investigar os motivos que levaram as empresas do agronegócio à crise após a “Operação Carne Fraca”. Realizou-se uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa por meio de análise documental em demonstrações contábeis, notas explicativas, estatuto social e informe de governança corporativa. O estudo subdividiu-se em três etapas de análises, sendo elas: Melhores práticas de Governança Corporativa, Indicadores de desempenho e a Análise conjunta. Em relação as melhores práticas a média geral de observância foram de 75,25%. Na análise conjunta foram atribuídas posições de 1 a 4, sendo da melhor a pior posição respectivamente. Ao que se refere as melhores práticas, as colocações foram: 1 - BRF, 2 - Marfrig, 3 - JBS e 4 - Minerva. Já aos índices de desempenho, as classificações se deram da seguinte forma: 1 - Minerva, 2 - BRF, 3 - JBS e 4 - Marfrig. Os resultados indicam que não há uma relação direta entre os dois itens.

Palavras-chave: Governança corporativa. Indicadores de desempenho. Teoria da agência.

ABSTRACT

This study has the objective to verify the weakness of the corporate governance that might reflect in the corporate performance. With specific intent, to investigate the reasons that took the agribusiness companies to the crisis after the “carne fraca” operation. A descriptive research was made with qualitative approach in a documental analysis of the financial sheets, explicative notes, social statute and corporate governance report. This study was subdivided in three steps of analysis, being: best practices of corporate governance, performance indicators, and joint analysis. Related to the best practices, the average in the observation was 75,25%. In the joint analysis was made a ranking from 1 to 4, from the best, to the worst. Referred to that, the best positions were: 1 - BRF, 2 - Marfrig, 3 - JBS e 4 - Minerva. According to the performance indicator, the ranking was: 1 - Minerva, 2 - BRF, 3 - JBS e 4 - Marfrig. The results show that there are no relation between the two items.

¹ Centro Universitário Leonardo DaVinci - danielagielow16@gmail.com

² Centro Universitário Leonardo DaVinci –

³ Centro Universitário Leonardo DaVinci - maike.theis@uniasselvi.com.br

⁴ Centro Universitário Leonardo DaVinci -

Keywords: Corporate governance. Performance indicators. Agency theory.

1. INTRODUÇÃO

A Governança corporativa tornou-se assunto de relevância mundial após os grandes escândalos financeiros que envolveram diversas corporações nos Estados Unidos (EUA), os quais ocasionaram sérios prejuízos ao mercado e despertaram a atenção da sociedade em geral para a relevância desse assunto. (BORGES e SERRÃO, 2005, p. 112).

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC (2019), define a governança corporativa como “sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas”.

Diante deste contexto é de fundamental importância a adoção de mecanismos de gestão para que se tenha maior controle sobre a realização dos objetivos e metas, em observação aos princípios definidos pela organização. Tendo em vista a possibilidade da existência de conflitos de interesses a governança corporativa torna-se um mecanismo de gerenciamento afim de evitar possíveis fraudes.

A fim de minimizar os conflitos de interesse, Jensen e Meckling (1976), desenvolveram a teoria da agência, a partir de três elementos relacionados diretamente a divisão do controle, sendo: despesas de monitoramento do principal, despesas relacionadas a garantir que o agente (funcionário) não pratique ações que prejudiquem o principal e, por fim, perdas residuais ou de bem-estar que surgem a partir da diferença entre a decisão tomada pelo agente e a decisão que maximizaria os interesses do principal.

O conflito de interesses presente nas organizações será abordado neste estudo, voltado às empresas do agronegócio brasileiro, um dos setores mais importantes da economia nacional. Conforme a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), autorizada pela União a divulgar dados de pesquisas relacionados a agricultura, nos últimos anos a agropecuária no Brasil tem se desenvolvido tanto que, a expectativa é que o Brasil seja o maior exportador de alimentos no futuro. Oliveira (2018), afirma que se espera um aumento de 28% na produção de carnes, que é um dos principais produtos exportados pelo país. Conforme dados disponibilizados em 2017, o Brasil ocupou a primeira posição no ranking mundial da exportação no ramo agropecuário e foi o segundo maior exportador de carne bovina (CNA, 2019).

No ano de 2017, conforme Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2019), a Polícia Federal do Brasil, iniciou a denominada “Operação Carne Fraca”, a qual consistiu na investigação de empresas acusadas de comercializar carnes impróprias ao consumo, além de apontar que agentes do governo estavam sendo coniventes.

De acordo com este contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: Qual o reflexo da deficiência dos mecanismos de governança corporativa no desempenho econômico das empresas fiscalizadas pela operação “carne fraca”? Este estudo objetiva verificar como a fragilidade da governança corporativa pode refletir no desempenho empresarial. Com intuito específico, investigar os motivos que levaram as empresas do agronegócio à crise após a “Operação Carne Fraca”.

A motivação para este estudo decorre da relevância do setor de agronegócio no cenário econômico e financeiro brasileiro. Além disto, investigar os motivos que levaram as empresas deste segmento à crise, tornou-se desafiador e ao mesmo tempo inspirador. Esta pesquisa está estruturada em cinco tópicos iniciando com esta introdução. A seguir apresenta-se a revisão da literatura, a metodologia, seguido da apresentação dos resultados e pôr fim às considerações finais.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Esta seção apresenta a revisão da literatura a respeito da governança corporativa e seus princípios, teoria da agência, desempenho empresarial e o agronegócio. Procura, também, demonstrar a relevância de um bom modelo de gestão e como o mesmo pode impactar no desempenho econômico da organização em momentos de crise.

2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança Corporativa - GC, conforme Neto et al. (2008), foi criada no mercado de capitais norte-americano. O modelo original procura demonstrar a transparência contábil através da utilização de técnicas financeiras modernas como por exemplo o sistema de gestão denominado de ERP - Enterprise Resource Planning.

Soares e Paulillo (2008, p. 38), definem a governança corporativa como sendo o conjunto formado pelas relações em uma empresa, a qual envolve sua administração, seus acionistas e as demais partes interessadas. O processo utilizado pela GC também é responsável por elaborar a estrutura que define os objetivos da empresa e estipula como agir a fim de atingir os objetivos

impostos e uma maneira mais eficaz de fiscalizar o desempenho.

A expressão governança corporativa originou-se da expressão inglesa "*corporate governance*" cujo conceito vem sendo constantemente incorporando ao cenário econômico nacional. Seu significado sugere que quem governa as empresas são os acionistas que a integram. (CHAGAS, 2019).

Entretanto Carneiro (2000, p. 8), chama atenção em relação a tradução brasileira, a qual sofre um desvio conceitual uma vez que se escolheu traduzi-la de forma literal, ou seja, da palavra *governance*, o termo na língua portuguesa ficou conhecido como governança, quando na verdade esta nomenclatura refere-se à administração corporativa.

No Brasil, foi criado em 1996 o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGA), possuindo como intuito estimular debates sobre o tema para definição de quais são as melhores práticas de governança. No ano de 2000 a Bovespa lançou o primeiro Código Brasileiro de Governança Corporativa (CBGC), o qual possuía o intuito de apresentar aos empresários do cenário nacional algumas sugestões sobre novas condutas, baseadas no capitalismo, sistema ao qual estão incumbidas. (CHAGAS, 2019).

Tendo em vista que a governança corporativa se originou de debates referentes aos conflitos de interesse entre os acionistas, administradores e demais partes interessadas, em relação ao que seria o ideal para a empresa e o fato de que estes tipos de conflitos se tornaram comum com a expansão da economia nos mercados nacionais e internacionais, conforme o IBGC (2019), a GC surgiu com o intuito de solucionar os problemas decorrentes do clássico conflito de agência, situação em que o proprietário (acionista) delega a um terceiro nomeado agente especializado (administrador) o poder de decisão sobre a empresa.

2.1.1 Princípios da Governança Corporativa

Para bem gerir os interesses diversos da empresa, foram definidos quatro princípios básicos pelo IBGC (2019), sendo eles a transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa, os quais traçam os fundamentos para uma boa gestão empresarial.

Conforme o IBGC (2019), a transparência caracteriza-se como, busca a disponibilização aos interessados nas informações, as quais sejam de seu interesse e não somente as impostas por leis e regulamentos. O repasse da informação não deve ser restringido apenas a desempenho econômico- financeiro, como por exemplo os intangíveis, que condizem com a otimização do valor da organização.

A equidade é definida pelo princípio da isonomia, onde todos os sócios e demais partes interessadas (stakeholders), são tratados de forma justa e igualitária, porém é necessário sempre considerar os direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas dos envolvidos. (IBGC, 2019). Ainda segundo o mesmo a prestação de contas ou também denominada “accountability” define que os agentes devem realizar a prestação de contas de maneira clara e compreensível, sendo responsabilizados por todas as consequências de seus atos e omissões.

A responsabilidade corporativa estabelece que os administradores da governança devem sempre buscar a viabilidade econômico-financeira das organizações proporcionando a redução das externalidades negativas de seus negócios e de suas operações e por outro lado buscar aumentar as que forem positivas, levando em consideração os diversos capitais, (IBGC, 2019), isto inclui os cenários financeiros, intelectuais, humano, sociais, ambientais, entre outros, considerando-os em curto, médio e longo prazos.

2.1.2 Novo Mercado e os Níveis de Governança

No que se refere a criação do Novo Mercado Carvalho (2001 p. 27), afirma que a ocasião inaugura uma nova fase do mercado de capitais no Brasil. Essa iniciativa teve inspiração no Neuer Markt alemão. As regras estabelecidas pelo Novo Mercado possuíam um perfil muito restritivo, permitindo que poucas empresas tivessem condições de adequar-se aos pré-requisitos, então a Bovespa criou dois outros níveis de governança, denominados Nível 1 e Nível 2.

O novo mercado é um segmento que visa a negociação de ação de empresas. Possui como pré-requisito a prática voluntária de governança corporativa, com intuito de ir além do que é exigido pela legislação nacional. BM&FBovespa (2016), afirma que para a empresa ser incorporada na listagem formada pelos participantes desse segmento especial, a mesma deve adotar um conjunto de regras societárias para que tenha a ampliação dos direitos dos acionistas, além desta medida deve realizar a divulgação de políticas e existência de estruturas de fiscalização e controle na organização. Após a adequação ao novo mercado as empresas alcançam o mais elevado padrão de governança corporativa.

Para tornar-se uma empresa listada no novo mercado, as mesmas devem seguir algumas regras para adequarem-se ao sistema. Segue algumas destas regras citadas pela BM&FBovespa (2016), há a exigência de que todo o capital deve ser composto por ações ordinárias, ou seja, que concede o direito a voto, exige também que tenha uma área de Auditoria Interna, com a finalidade de Compliance e Comitê de Auditoria. Define ainda que caso a empresa optar pela saída do Novo

Mercado um terço dos titulares das ações devem concordar com a saída da empresa do segmento.

No âmbito dos princípios da transparência e prestação de contas, a BM&FBovespa (2016), lista algumas regras, estipulando como as empresas devem estruturar e divulgar os seus processos de avaliação do conselho de administração, de seus comitês e da diretoria, como elaborar e divulgar as políticas adotadas referente a remuneração. Estipula ainda que deve haver indicação de membros do conselho de administração, e que possuam comitês de assessoramento e diretoria estatutária. Estabelece também que possuam gerenciamento de seus riscos.

Exige que a divulgação ocorra de forma simultânea, em inglês e português, apresentando os fatos relevantes, informações sobre proventos e *press releases* de resultados além da divulgação mensal com o objetivo de apresentar as negociações realizadas envolvendo valores mobiliários de emissão da empresa pelos e acionistas controladores.

O Nível 2 é um segmento que possui em grande parte as mesmas regras do Novo Mercado, porém com alguns pontos que facilitam o acesso das empresas ao nível de governança. Neste nível as empresas possuem direito de manter ações preferenciais, as quais também oferecem direito a voto aos acionistas em situações críticas. (BM&FBOVESPA, 2016).

Procianoy e Verdi (2009), citam como exemplo de obrigações das companhias listadas no Nível 2 a divulgação de demonstrações financeiras que estejam de acordo com os padrões internacionais estipulados IFRS ou US GAAP, exige a manutenção de um Conselho de Administração que deve conter no mínimo 5 membros com mandato de até 2 anos, e que a empresa possua no mínimo 20% de conselheiros independentes.

Para as empresas listadas no Nível 1, as maiores obrigações são relacionadas ao fornecimento de informação, além das informações financeiras e econômicas obrigatórias por lei, as empresas devem enviar as demonstrações financeiras consolidadas, demonstração do fluxo de caixa da companhia e do consolidado, demonstrar de forma aberta a posição acionária de qualquer acionista que detiver mais de 5% das ações da empresa especificando por espécie e classe. (BM&FBOVESPA, 2009, p. 5).

Procianoy e Verdi (2009), citam como exemplo de uma companhia listada no Nível 1, a mesma é obrigada a enviar complementação das Informações Trimestrais (ITRs) e das Informações Anuais (IANs), possuem como exigência a permanência de no mínimo de 25% das ações da organização, em circulação no mercado.

2.2 TEORIA DA AGÊNCIA

O crescimento das empresas e a busca pelo melhor, seguindo os ideais e objetivos da mesma, torna-se indispensável a delegação de poder de decisão a um terceiro especializado, entretanto como consequência surgirão divergências de opinião. Tendo em vista a delegação de poder a um terceiro, ou seja, a distinção entre detentor(es) da propriedade e detentor(es) do controle, a Teoria da agência surgiu com intuito de analisar as relações entre os participantes da mesma empresa, que por sua vez possuem tendência de gerar conflito de interesse entre os indivíduos.

A Teoria da agência busca analisar os conflitos e custos inerentes da separação entre a propriedade e controle da empresa. “Essa possibilidade de não participação do acionista no gerenciamento da empresa é bem representada pela sociedade por ações que limita a responsabilidade do acionista para com a organização à parcela de capital que ele investiu.” (MENDES, 2001).

Hendriksen e Breda (1999), definem a Teoria da agência como um modelo de tomada de decisão o qual é utilizado por mais de um indivíduo. É embasado em um modelo normativo que envolve a teoria da utilidade. Sendo um dos indivíduos o agente e o outro o principal, o primeiro cumpre certas tarefas para o segundo, o qual compromete-se a remunerá-lo pelos seus serviços.

De acordo com o IBGC (2019), no ano de 1976 os acadêmicos Jensen e Meckling publicaram seus estudos os quais foram focados em empresas norte-americanas e britânicas, apresentado o que denominaram de problema de agente-principal. Segundo os mesmos, o problema agente-principal, surgia quando o principal contrata um agente para administrar a empresa em seu lugar. Os estudos apontavam que os executivos e conselheiros contratados tendiam a buscar maximizar seus próprios objetivos de maneira que se beneficiassem, como por exemplo, maiores salários e estabilidade. Deixando assim os interesses da empresa, de todos os acionistas e demais partes interessadas (*stakeholders*) em segundo plano.

Como forma de minimizar o problema, foi sugerido pelos autores que as empresas e seus acionistas deveriam adotar medidas que buscassem alinhar os interesses dos envolvidos, tendo como objetivo a busca pelo sucesso da empresa. (IBGC, 2019). Em busca de alcançar as medidas necessárias, foram sugeridas a prática de monitoramento, controle e ampla divulgação de informações, este método de gestão foi denominado Governança Corporativa.

Tendo em vista a necessidade da empresa adequar-se as exigências para o monitoramento Mendes (2001 p. 19), afirma que a existência de conflitos de interesse ocasionam a geração de

custos, podemos citar como exemplo, o gasto que a empresa terá para realizar o monitoramento de seus funcionários, esta atividade possui como finalidade incentivar a busca por maximização da riqueza do acionista e também de os proteger contra ações tomadas pelo administrador que possam ser prejudiciais para os acionistas.

2.3 DESEMPENHO EMPRESARIAL

Durante muitos anos as empresas utilizaram apenas indicadores de desempenho financeiro para descobrir quais são os resultados, porém com o tempo várias críticas surgiram em relação à isso, Kaplan e Norton (1997), relatam que indicadores fornecem informações importantes, mas trazem apenas uma parte do desempenho e não são indicados para prever a atuação futura da empresa, já que seu objetivo é mostrar o resultado de períodos passados. Gasparetto (2004), afirmou que “esse descontentamento levou ao desenvolvimento de sistemas de avaliação que analisavam o desempenho da empresa de modo mais amplo, não envolvendo apenas indicadores de desempenho financeiros, mas também indicadores não-financeiros”.

Para avaliar o desempenho de um indicador, Oliveira e Neto (2011) explicam que é necessário compará-lo com outro que seja uma referência. Quando uma empresa avalia um valor que ela proporcionou aos seus acionistas em determinado período, é possível compará-lo com alguma meta divulgada anteriormente, ou então compará-lo com alguma situação semelhante que já tenha ocorrido. A respeito disso, ainda afirmam que “a avaliação de desempenho é um dos componentes do controle, mas além do desempenho realizado, também o planejado precisa ser avaliado: precisamos saber se as nossas metas são satisfatórias, se estão de acordo com nossos objetivos”.

Para analisar o resultado das metas Salim (2016), diz que “se deve partir do princípio de que o desempenho empresarial não se revela facilmente. Para se chegar a ele, é necessária uma combinação de técnica e experiência, e muitos são os fatores a serem desvendados”. Os fatores que ele se refere são: situação financeira; situação econômica; eficiência no uso de recursos, quadro evolutivo e comparativo, pontos fortes, tendências e perspectivas.

2.4 AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Conforme dados apresentados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, apesar do setor da Agricultura ocupar a terceira posição na composição do PIB, ficando atrás dos setores de serviços e de indústria, ele possui a melhor variação de crescimento do PIB,

sendo atribuído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE como resultado positivo aos ganhos. A Confederação da Agricultura e Pecuária - CNA, ressalta que a agricultura e o agronegócio brasileiro são responsáveis por compor 23,5% do PIB no ano de 2017 e de acordo com a BM&FBovespa o Brasil é um dos principais exportadores de carne bovina do mundo.

Oliveira (2018) chama a atenção para a crescente demanda mundial e o potencial do Brasil de atender a essas demandas. Afirma ainda que, espera-se que as exportações cresçam cada vez mais, tornando ainda mais notável o agronegócio no Brasil. Conforme dados gerados pelo MAPA (2017), espera-se que nos próximos dez anos o agronegócio cresça em torno de 28% na produção de carnes.

Seguindo nesse contexto, Oliveira (2018) aponta que para o crescimento do agronegócio aumentar como o esperado, será necessário melhorar na infraestrutura, pesquisa e financiamento, investimentos em biotecnologia, tecnologia da informação, pesquisas genéticas e em outros inúmeros setores, devem fortalecer o crescimento desse setor, trazendo aumento da produtividade, da lucratividade e da sustentabilidade. Tornando-se a cada dia um dos mais importantes segmentos da economia brasileira.

3. MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa e realizada por meio de análise documental. A pesquisa é caracterizada como descritiva pois o trabalho busca explicar características de empresas em relação a adoção da governança corporativa. A abordagem qualitativa se dá devido a utilização de informações através da leitura e interpretação dos dados apresentados pelas empresas por meio de notas explicativas, estatuto social e informe de governança corporativa, e análise documental pois utilizou-se dados apresentados nos relatórios contábeis.

3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população investigada é formada por empresas brasileiras do setor de agronegócios. A escolha pelo setor deu-se por sua relevância na economia nacional. Para definição da amostra foram estipulados os seguintes critérios: estar listada na BM&FBovespa, especificamente na subdivisão “Carnes e derivados” e pertencer a algum dos segmentos da governança corporativa, sendo eles: Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado. Segue abaixo no Quadro 1, as empresas

selecionadas, o segmento ao qual se enquadra e se foram fiscalizadas pela Operação Carne Fraca. O objetivo do estudo é verificar como a fragilidade da governança corporativa pode refletir no desempenho empresarial. Com intuito específico, investigar os motivos que levaram as empresas do agronegócio à crise após a "Operação Carne Fraca".

Quadro 1 - Empresas participantes da amostra.

Empresas	Denominação na pesquisa	Segmento	Fiscalizada
BRF S.A.	BRF	Novo Mercado	Sim
JBS S.A.	JBS	Novo Mercado	Sim
Marfrig Global Foods S.A.	Marfrig	Novo Mercado	Não
Minerva S.A.	Minerva	Novo Mercado	Não

Fonte: Dados da pesquisa.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os dados foram extraídos das notas explicativas e demonstrações contábeis fornecidas pela BM&FBovespa. Foram utilizados também relatórios como estatuto social e informe de governança corporativa. O período de investigação refere-se aos anos 2016, 2017 e 2018.

Inicialmente buscou-se verificar a presença das melhores práticas de governança corporativa estabelecidos pelo IBGC. Para tal, com base na guia de melhores práticas do IBGC, foram formuladas questões relacionadas aos quesitos a serem pesquisados. A partir destas, serão investigados os relatórios informativos, como informe sobre o código brasileiro governança corporativa, informe de IBGC das empresas e seus respectivos estatutos sociais, se as mesmas estão em conformidade com os requisitos estabelecidos pela guia de melhores práticas. Segue abaixo Quadro 2, o qual descreve os itens a serem investigados,

Quadro 2 - Itens analisados referentes às melhores práticas da Governança Corporativa.

Melhores Práticas	Itens analisados
(1) Sócios	(1) Uma ação é igual a um voto. (2) Estatuto/Contrato social. (3) Assembleia geral/ Reunião de sócios. (4) Política de dividendos e (5) Conselho de família.
(2) Administração	(1) Composição do Conselho de administração. (2) Prazo de Mandato. (3) Presidente do Conselho. (4) Conselheiros Suplentes. (5) Avaliação do Conselho e dos conselheiros. (6) Avaliação do diretor-presidente e da diretoria executiva. (7) Planejamento de Sucessão. (8) Educação Continuada. (9) Conselho Consultivo. (10) Comitê do conselho de administração. (11) Comitê de auditoria. (12) Confidencialidade.
(3) Diretoria	(1) Indicação de diretores. (2) Relacionamento com partes interessadas. (3) Transparência. (4) Papel da diretoria do código de conduta. (5) Avaliação da diretoria. (6) Acesso as instalações, informações e arquivos.
(4) Órgãos de fiscalização e controle	(1) Comitê de auditoria. (2) Conselho fiscal. (3) Auditoria Independente. (4) Auditoria Interna. (5) Gerenciamento de riscos, controles internos e <i>compliance</i> .

(5) Conduta e conflito de interesses	(1) Código de conduta. (2) Canal de denúncias. (3) Comitê de conduta. (4) Conflito de interesses. (5) Transações entre partes relacionadas. (6) Políticas de negociação de ações. (7) Políticas de divulgação de informações. (8) Políticas de divulgação sobre contribuições e doações. (9) Política de prevenção e detecção de atos de natureza ilícita.
--------------------------------------	--

Fonte: Dados da pesquisa

Para melhor entendimento será elaborado um comparativo entre as empresas, a fim de apresentar o nível de observância entre elas.

3.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para fins de evidenciação do impacto da adoção das melhores práticas da governança corporativa pelas empresas, elaborou-se uma comparação entre os resultados obtidos através do quadro 2, que trata do nível de observação das melhores práticas estabelecidas pelo IBGC, em relação aos resultados apresentados pelos índices de desempenho, calculados através dos dados apresentados nos respectivos Balanços Patrimoniais e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, de cada empresa.

Serão analisados quocientes relativos a Estrutura de Capitais, Liquidez ou Solvência, os quais possuem características de análise financeira, e o quociente de Rentabilidade que possui característica de análise econômica, que se demonstram no Quadro 3.

Quadro 3 - Resumo de Quocientes.

QUOCIENTES		FÓRMULAS
Estrutura de capitais (financeiro)	1. Participação de capitais de terceiros	$\frac{\text{Exigível Total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
	2. Composição de endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Exigível Total}}$

	3. Imobilização do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Ativo Não Circulante - Realizável à Longo Prazo}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
	4. Imobilização dos recursos não correntes	$\frac{\text{Ativo Não Circulante - Realizável a Longo Prazo}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Passivo Exigível à Longo Prazo}}$
Liquidez ou solvência (financeiro)	5. Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo realizável à Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo exigível à longo Prazo}}$
	6. Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
	7. Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$
	8. Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$
Rentabilidade (econômico)	9. Giro do Ativo	$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$
	10. Margem Líquida	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$
	11. Rentabilidade do Ativo	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$
	12. Rentabilidade do Patrimônio	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$

Fonte: Adaptado de Azevedo (2009, p. 59)

O intuito dos quadros será evidenciar se as empresas que possuem um maior índice de observância das melhores práticas de governança corporativa, são as que também obtiveram melhor desempenho econômico.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Este estudo objetiva verificar como a fragilidade da governança corporativa pode refletir no desempenho empresarial. Com intuito específico, investigar os motivos que levaram as empresas do agronegócio à crise após a “Operação Carne Fraca”. Os resultados serão apresentados em três tópicos: inicia-se com a apresentação do nível de observância das melhores práticas da Governança Corporativa, em seguida demonstra-se a análise dos indicadores de desempenho, por fim, apresenta-se um comparativo, que teve como intuito, identificar quais foram os motivos que levaram as empresas a terem os desempenhos apresentados.

4.1 MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Este tópico tem a intenção de demonstrar o atendimento das melhores práticas a Governança

Corporativa pelas empresas participantes da amostra. Devido as empresas estarem inseridas no Novo Mercado (nível mais alto da governança corporativa) da BMF&Bovespa, espera-se que as mesmas possuam um alto nível de observação de acordo com os propósitos estabelecidos no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC, 5ª edição (2015). Para a efetivação da análise, estipula-se como valor esperado (1) para cada item atendido, se não identificado, atribui-se (0).

Tabela 1 – Informações divulgadas sobre as melhores práticas de governança corporativa.

CATEGORIAS	ITENS DE BOAS PRÁTICAS	EMPRESAS LISTADAS				ATENDIMENTO (%)	
		BRF	JBS	MARFRIG	MINERVA		
Sócios	1	Uma ação, um voto	1	1	1	1	80%
	2	Estatuto/Contrato social	1	1	1	1	
	3	Assembleia geral/ Reunião de sócios	1	1	1	1	
	4	Política de dividendos	1	1	1	1	
	5	Conselho de Família	0	0	0	0	
	Atendimento Item por empresa (%)		80%	80%	80%	80%	
Administração	6	Composição do Conselho de administração	1	1	1	1	60%
	7	Prazo de Mandato	1	1	1	1	
	8	Presidente do Conselho	1	1	1	1	
	9	Conselheiros Suplentes	0	1	0	1	
	10	Avaliação do Conselho e dos conselheiros	1	0	1	1	
	11	Avaliação do diretor-presidente e da diretoria executiva	1	1	1	0	
	12	Planejamento de Sucessão	0	1	0	0	
	13	Educação Continuada	0	0	0	0	
	14	Conselho Consultivo	1	0	0	1	
	15	Comitê do conselho de administração	1	1	0	0	
	16	Comitê de auditoria	1	0	1	0	
17	Confidencialidade	1	0	0	1		
	Atendimento Item por empresa (%)		75%	58%	50%	58%	
Diretoria	18	Indicação dos diretores	0	1	1	1	75%
	19	Relacionamento com partes interessadas	1	1	1	1	
	20	Transparência	1	0	1	1	
	21	Papel da diretoria no código de conduta	0	0	1	0	
	22	Avaliação da diretoria	1	1	1	0	
23	Acesso as instalações, informações e arquivos	1	1	1	1		
	Atendimento Item por empresa (%)		67%	67%	100%	67%	
Órgãos de fiscalização e controle	24	Comitê de auditoria	1	1	0	0	85%
	25	Conselho Fiscal	1	1	1	1	
	26	Auditoria Independente	1	1	1	1	
	27	Auditoria Interna	1	1	1	0	
	28	Gerenciamento de riscos, controles internos e <i>compliance</i>	1	1	1	1	
	Atendimento Item por empresa (%)		100%	100%	80%	60%	

Conduta e conflito de interesses	29	Código de conduta	1	1	1	1	
	30	Canal de denúncias	1	1	1	1	
	31	Comitê de conduta	1	1	1	0	
	32	Conflito de Interesses					
		- Separação e definição clara de funções, papel e responsabilidades	1	1	1	1	85%
		- Independência para conselheiros de Administradores, sócios e auditores independentes	1	1	1	1	
	33	Transações entre partes relacionadas					
		- Transações entre partes sejam aprovada pelo conselho de administração através do estatuto/ contrato social	1	1	1	0	
	34	Política de negociação de ações	1	1	1	1	
	35	Política de divulgação de informações	0	1	1	0	
	36	Política de divulgação sobre contribuição e doações	1	0	1	1	
	37	Política de prevenção e detecção de atos de natureza ilícita	1	0	1	1	
		Atendimento Item por empresa (%)	90%	80%	100%	70%	
		Quantidade de itens atendido por empresa	31	28	30	25	
		Percentual de atendimento geral de cada empresa (%)	82%	74%	79%	66%	75,25%

Fonte: Dados de pesquisa.

A média geral do nível de atendimento foi de 75,25% de observância. A empresa BRF possui destaque, uma vez que apresentou um percentual de atendimento geral de 82%, enquanto a empresa Minerva obteve o menor valor da análise ficando com 66% de atendimento geral.

De modo individual por categoria, a categoria Administradores atingiu o menor grau de atendimento apresentando apenas 60% de observação, enquanto a posição de melhor nível de observação, 85%, é dividida pelas categorias, Órgãos de fiscalização e controle e Conduta e conflito de interesses. Em seguida ocupando a segunda, 80%, e terceira, 75%, posições encontram-se as categorias Sócios e Diretoria, respectivamente.

Na sequência serão abordados os resultados dos índices de desempenho aplicados sobre as demonstrações contábeis das empresas investigadas.

4.2 INDICADORES DE DESEMPENHO

Esta análise tem o propósito de identificar os principais indicadores de desempenho conforme dados constantes no Quadro 3. Os valores utilizados para a aplicação nos cálculos foram extraídos do balanço patrimonial e demonstrativo de resultado do exercício – DRE de cada empresa. Segue-se abaixo com a tabela 2.

Tabela 2 - Indicadores de desempenho.

ÍNDICES DE DESEMPENHO			FÓRMULA	ANO	EMPRESAS LISTADAS				
					BRF	JBS	MARFRIG	MINERVA	
Estrutura de Capitais	1	Participação no capital de terceiros	$\frac{\text{Exigível Total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	2016	2,51	3,37	17,40	16,02	
				2017	2,86	3,16	7,09	166,50	
				2018	4,63	3,08	5,61	-43,59	
Liquidez ou Solvência	2	Composição do endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Exigível Total}}$	2016	0,41	0,42	0,39	0,34	
				2017	0,44	0,35	0,32	0,33	
				2018	0,42	0,25	0,38	0,46	
	3	Imobilização do patrimônio líquido	$\frac{\text{Ativo Não Circulante - Realizável à LP}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	2016	1,51	2,57	6,26	5,36	
				2017	1,66	2,36	2,79	59,43	
				2018	2,10	2,32	2,95	-14,22	
	4	Imobilização dos recursos não correntes	$\frac{\text{Ativo Não Circulante - Realizável à LP}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Passivo ELP}}$	2016	0,61	0,87	0,54	0,46	
				2017	0,64	0,78	0,48	0,53	
				2018	0,57	0,70	0,66	0,63	
	Liquidez ou Solvência	5	Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável à LP}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo ELP}}$	2016	0,80	0,53	0,70	0,73
					2017	0,77	0,57	0,75	0,65
					2018	0,76	1,76	0,65	0,65
6		Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	2016	1,49	1,02	1,26	2,01	
				2017	1,29	1,24	1,62	1,86	
				2018	1,31	1,71	1,36	1,36	
7		Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo Circulante - Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$	2016	1,12	0,73	1,09	1,85	
				2017	0,96	0,91	1,33	1,68	
				2018	1,05	1,18	1,15	1,24	
8		Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$	2016	0,50	0,17	0,45	1,03	
				2017	0,40	0,20	0,20	0,83	
				2018	0,34	0,19	0,28	0,51	
R	9	Giro do Ativo	$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$	2016	0,79	1,66	0,93	1,09	
				2017	0,63	1,50	0,48	1,02	
				2018	0,71	1,59	1,12	1,26	
	10	Margem Líquida	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$	2016	-0,01	0,00	-0,03	0,02	
				2017	-0,04	0,01	-0,04	-0,02	
				2018	-0,15	0,00	0,07	-0,08	
			Ret		2016	-0,01	0,01	-0,03	0,02

11			<u>Lucro Líquido</u>	2017	-0,02	0,01	-0,02	-0,02
			Ativo Total	2018	-0,11	0,00	0,08	-0,10
12	Rentabilidade do patrimônio líquido		<u>Lucro Líquido</u>	2016	-0,03	0,02	-0,57	0,37
			Patrimônio Líquido	2017	-0,09	0,04	-0,17	-3,95
				2018	-0,59	0,01	0,54	4,20

Fonte: Dados de pesquisa

Esta tabela permitiu identificar as variações dos indicadores de desempenho, em âmbito de estrutura de capital, liquidez ou solvência e rentabilidade, que as empresas sofreram durante os períodos estudados. Para uma análise mais detalhada, serão abordados a seguir, cada índice de desempenho de forma individual, destacando por meio de apresentação gráfica as oscilações por empresa e períodos abordados.

4.2.1 Estrutura de Capitais

De acordo com Silva (2009), a estrutura de capitais pode ser definida como a forma que as empresas utilizam o capital próprio e o capital de terceiros a fim de financiar seus ativos. Portando define-se como capital próprio o capital fornecido pelos sócios e acionistas e capital de terceiros o capital adquirido através de endividamento.

Este grupo de índices de desempenho possui como base para comparação o indicador 1, sendo assim, para este grupo de indicadores utiliza-se: “quanto menor melhor”. Fazem parte deste grupo os indicadores: Participação no Capital de Terceiros, Composição do Endividamento, Imobilização do Patrimônio Líquido e Imobilização dos Recursos não Correntes.

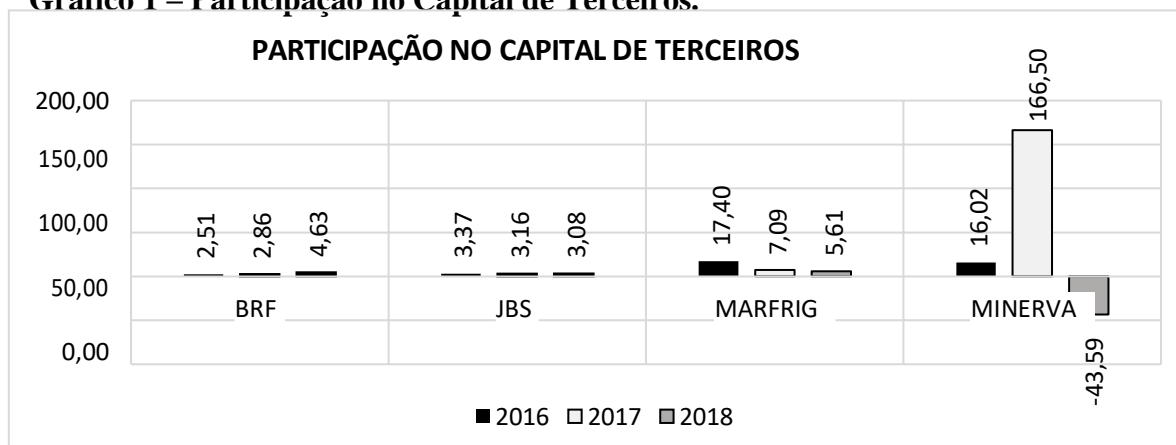
4.2.1.1 Participação no Capital de Terceiros

Este indicador demonstra quanto a empresa possui de capital próprio em relação ao capital de terceiros. Neste caso, possuir resultado superior a 1, demonstra dependência financeira da empresa com terceiros. (ASSAF NETO, 2003).

Conforme gráfico 1 abaixo, as empresas BRF e JBS obtiveram maior estabilidade durante os anos analisados. Além disto, apesar de não possuírem índices dentro do considerado o ideal, abaixo de 1, as mesmas possuem índices próximos ao desejado. Entre elas a empresa JBS destaca-se, uma vez que diminuiu seu índice de dependência de capital de terceiros, durante os anos

investigados.

Gráfico 1 – Participação no Capital de Terceiros.



Fonte: Dados de pesquisa.

Por outro lado, a empresa Minerva destaca-se pela grande oscilação durante o período analisado, apesar desta empresa não ter sido diretamente fiscalizada pela Operação Carne Fraca, a mesma apresentou grande variação durante as investigações no setor.

Para realização do cálculo deste indicador utiliza-se a fórmula: Exigível Total / Patrimônio Líquido, ou seja, R\$13.125.535,00 / -R\$301.114,00, resultando no quociente inferior a 1, isto ocorreu devido ao prejuízo acumulado registrado em seu Balanço Patrimonial referente 2018 no valor de -R\$1.397.915,00.

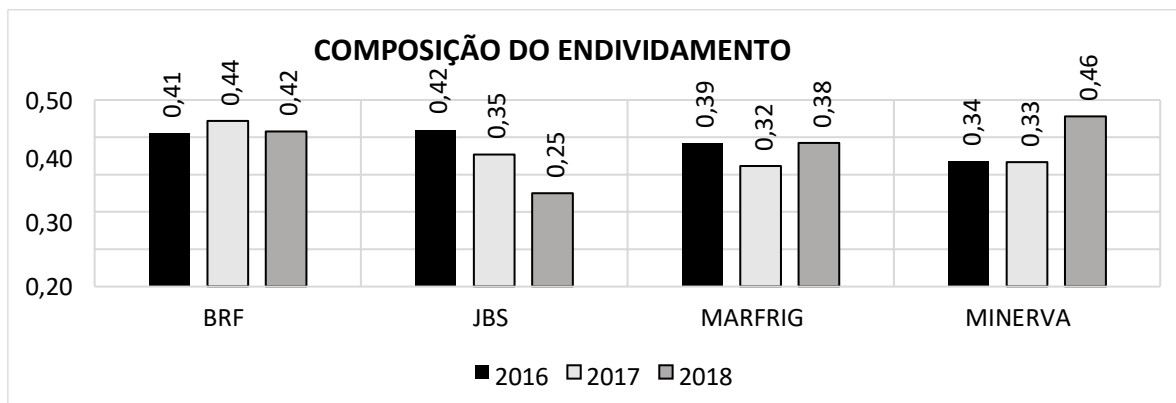
4.2.1.2 Composição do Endividamento

Para melhor entendimento da situação econômica das empresas, o indicador de Composição do Endividamento é de grande auxílio, o mesmo indica-nos quanto de seus compromissos devem ser quitados em curto prazo e quanto a longo prazo. Sendo assim, mede a proporção das obrigações de curto prazo em relação ao montante de obrigações da empresa.

Analisando o gráfico 2 e sabendo que sua interpretação é “quanto menor, melhor”, podemos citar a melhora nos índices obtidos na empresa JBS, uma vez que seus quocientes diminuíram a cada ano analisado, lembrando que isto não significa que a empresa possui menos exigíveis, mas sim, que a mesma conseguiu ao longo dos anos prolongar suas dívidas, possuindo assim mais tempo para quitá-las. No balanço patrimonial consolidado da empresa publicado na BM&FBovespa, podemos constatar que a conta de Empréstimos e Financiamentos no grupo Passivo Circulante teve uma baixa de R\$15.226.183,00 no período de 31/12/2016 à 31/12/2018, entretanto, a mesma conta, porém no grupo do Passivo não Circulante apresentou um crescimento

de R\$ 15.119.297,00.

Gráfico 2 – Composição do Endividamento.



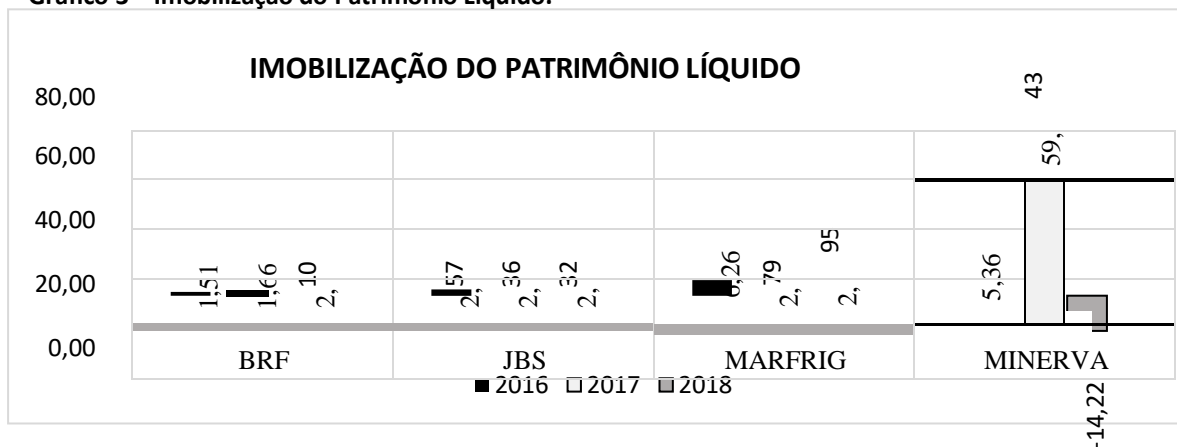
Fonte: Dados de pesquisa.

A empresa BRF por sua vez teve poucas oscilações e possui um resultado satisfatório, uma vez que mais que a metade de suas dívidas são para longo prazo, porém, é a empresa com maior média neste índice. As empresas Marfrig e Minerva obtiveram oscilações mais acentuadas, sendo que reduziram seus índices de 2016 para 2017, entretanto aumentaram no período de 2018. De forma geral, todas as empresas obtiveram resultado satisfatório na análise deste índice.

4.2.1.3 Imobilização do Patrimônio Líquido

Conforme Téles (2003, p. 9), o mesmo indica quanto de Patrimônio Líquido – PL está aplicado em Ativo Permanente, o que representa a dependência de recurso de terceiros para a manutenção dos negócios. Sendo o ideal a empresa possuir PL suficiente para cobrir seu Ativo Permanente.

Gráfico 3 – Imobilização do Patrimônio Líquido.



Fonte: Dados de pesquisa.

Tendo-se em vista que o quociente é analisado com o conceito de quanto menor melhor, tendo o indicador 1 como ponto de análise, todas as empresas estão com um valor superior ao desejado. Isto indica maior dependência de recursos de terceiros.

Apesar de todas as empresas estarem com este indicador acima de 1, as empresas BRF e JBS apresentaram maior estabilidade e possuem quocientes mais próximos ao desejado, entretanto, enquanto a empresa BRF aumentou gradativamente seus resultados a empresa JBS diminuiu os mesmos no período analisado.

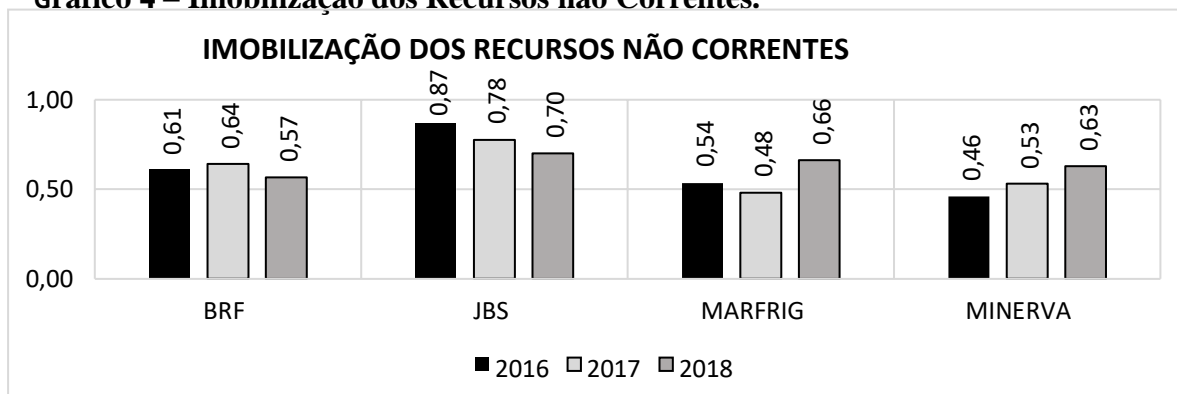
4.2.1.4 Imobilização de Recursos não Correntes

Indica quanto de recursos não correntes foram destinados a ativo permanente. Segundo Assaf Neto (2009), este índice nos indica os valores que a empresa utiliza de recursos em curto prazo para financiar ativos permanentes e possui como significado quanto maior, pior.

Analisando o gráfico 4, é possível concluir que as empresas estão dentro do esperado, apesar de todas as empresas possuírem um quociente de imobilização superior a 50%. A empresa que apresentou melhores resultados nesta análise é a Minerva, seu quociente no ano inicial da pesquisa foi o menor do índice de todo o período analisado. Entretanto foi a única empresa que teve crescimento ininterrupto.

As empresas BRF e JBS, são as empresas que possuem maior índice de imobilização de recursos não correntes. A JBS iniciou as pesquisas com o maior quociente nos períodos analisados. Entretanto nos anos seguintes apresentou diminuição nos quocientes deste índice.

gráfico 4 – Imobilização dos Recursos não Correntes.



Fonte: Dados de pesquisa.

De maneira geral, o resultado é intermediário uma vez que todas as empresas apresentam valores que se aproximam de 50% de imobilização dos recursos não correntes. A empresa com desempenho mais baixo neste índice foi a empresa JBS a qual apesar de ter diminuído seus quocientes anualmente, ainda apresentou os maiores da pesquisa. Enquanto que a empresa Minerva apresentou os melhores resultados, apesar do crescimento apresentado nos anos estudados.

4.2.2 Análise de Liquidez ou Solvência

É essencial para as empresas possuírem perspectivas de geração de benefícios futuros. Deste modo analisaremos os índices de liquidez ou solvência das empresas. Estes indicadores expressam a capacidade de solvência das mesmas, além disto faz-se possível o entendimento da forma de gestão utilizada ao que diz a respeito ao capital de giro.

A interpretação dos índices apresentados a seguir é de “quanto maior, melhor”, possuem como base para análise 1. Serão analisados os índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente, Liquidez Seca e Liquidez Imediata.

4.2.2.1 Liquidez Geral

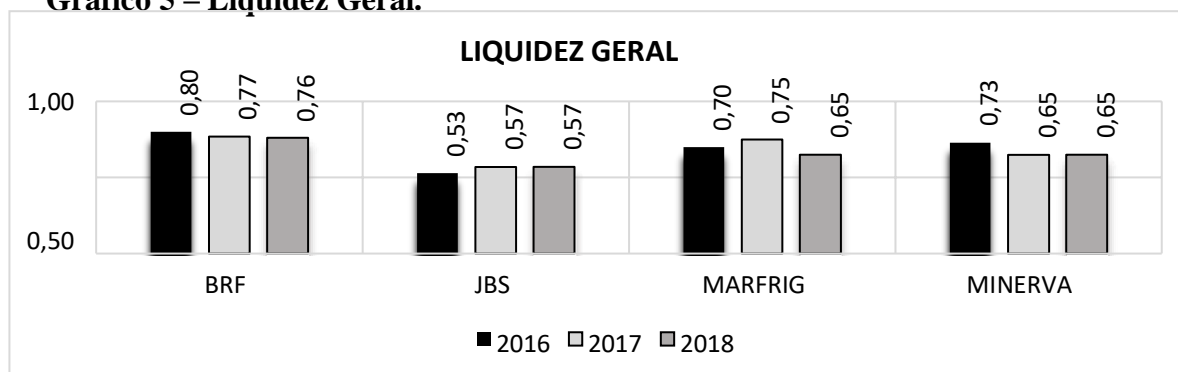
Primeiramente foi analisado o indicador de Liquidez Geral apresentado no Gráfico 5. Este quociente nos indica de forma geral a capacidade de capital de solvência da empresa, pois analisa seu ativo e passivo, tanto em curto prazo quanto a longo prazo.

Nesta análise a empresa BRF destacou-se por possuir melhores resultados, entretanto a

empresa JBS possui maior estabilidade nos anos analisados, tendo inclusive aumentado seu índice no ano de 2016 para 2017 em 7% e mantendo-o no ano de 2018, enquanto a empresa BRF apresentou uma redução de 3% no primeiro período analisado e em 1% no segundo.

As empresas Marfrig e Minerva apesar de terem quocientes melhores do que a empresa JBS, tiveram oscilações superiores a -10%. A empresa Marfrig no primeiro período obteve uma variação de 7%, porém no segundo, seu quociente variou em -13%, sendo assim sua oscilação negativa superou a positiva no ano anterior, tornando o quociente de 2018 o menor entre os anos analisados.

Gráfico 5 – Liquidez Geral.



Fonte: Dados de pesquisa.

Considerando o quociente 1 como sendo a base para a análise, as empresas de forma geral não possuem resultado positivo, entretanto podemos considerá-lo razoável pois todas as empresas possuem solvência para liquidar mais da metade de suas dívidas consolidadas de curto e longo prazo. Vale ressaltar que neste setor não há grandes volumes de estoque e seu giro ocorre em curto espaço de tempo, ocasionando a geração de capital de giro recorrentemente.

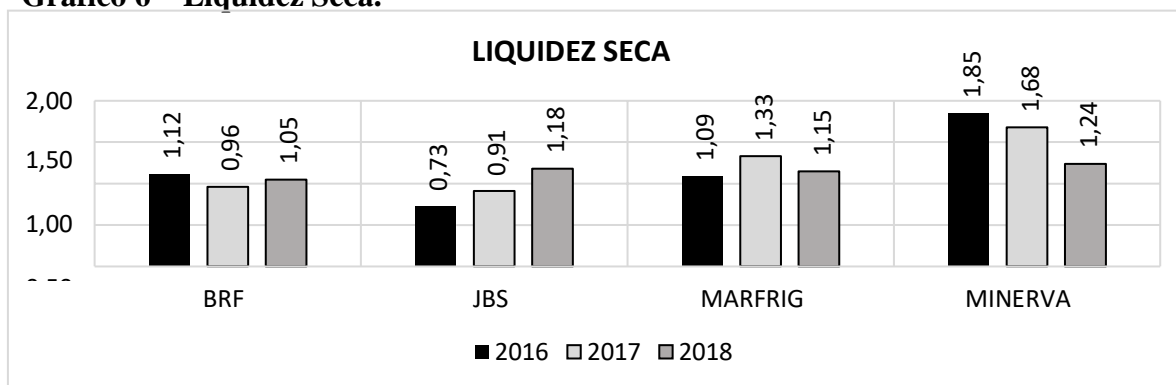
4.2.2.2 Liquidez Seca

Levando em consideração o alto giro de estoque das empresas desta atividade, verificou-se o grau de Liquidez Seca, onde o mesmo é analisado reduzindo o estoque do valor do ativo. Este indicador demonstra o quanto há de ativo a curto prazo menos o estoque, para liquidação de seu passivo circulante.

Nesta análise a Minerva possui destaque pelos quocientes apresentados, os mesmos representam que a empresa possui solvência suficiente para quitar suas dívidas a curto prazo, possuindo inclusive uma folga financeira. Apesar de seus bons resultados a empresa apresentou um decréscimo acentuado nos anos analisados.

A empresa JBS, apesar de ter no ano inicial o menor índice apresentado do período analisado, apresentou os melhores resultados a respeito de crescimento. No primeiro período obteve um aumento de 24% em relação ao resultado anterior, no ano de 2018 a mesma atingiu um crescimento de 30% em relação a 2017.

Gráfico 6 – Liquidez Seca.



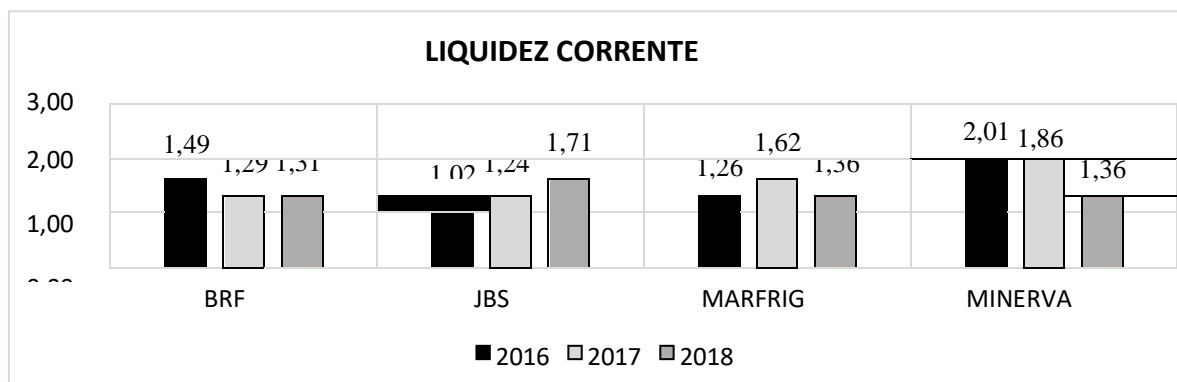
Fonte: Dados de pesquisa.

De maneira geral, apesar da empresa JBS e BRF, terem apresentado valores abaixo do ideal durante o período analisado, no ano de 2018 todas apresentaram quocientes favoráveis, ou seja, acima de 1. As empresas Marfrig e Minerva apesar de terem apresentado queda em seus números, durante a pesquisa, ainda possuem as maiores médias, sendo de 1,19 e 1,59 respectivamente.

4.2.2.3 Liquidez Corrente

De acordo com Silva (2009), quanto maior o quociente obtido mais condições tem para pagar suas dívidas de curto prazo. Tem como análise, quanto maior melhor. Conforme o gráfico 7, a empresa Minerva apresentou a melhor média neste indicador, atingindo o quociente de 1,74, apesar disso, apresentou um decréscimo no período analisado.

Gráfico 7 – Liquidez Corrente.



Fonte: Dados de pesquisa.

Por outro lado, a empresa JBS iniciou a análise com o menor índice neste indicador, seu quociente foi 1,02, entretanto possui o maior quociente entre as empresas da amostra no ano de 2018, garantindo-lhe uma média de 1,32, porém, ainda inferior ao apresentado pela empresa Minerva.

De maneira geral, todas as empresas analisadas, apresentaram um bom desempenho. Seus quocientes superiores a 1, demonstram que as mesmas possuem disponibilidades suficientes para quitarem seus compromissos de curto prazo, possuindo inclusive uma folga financeira.

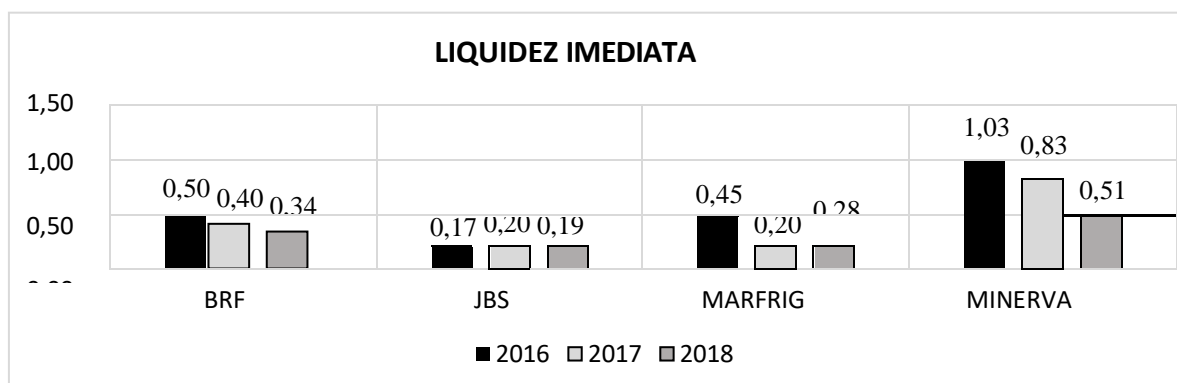
4.2.2.4 Liquidez ou solvência

Este indicador demonstra quanto há de disponibilidades na empresa para liquidação de seus compromissos de curto prazo, representadas no passivo circulante.

Conforme gráfico 8, observa-se que o destaque é novamente para a empresa Minerva que neste indicador, apresentou os melhores índices em todos os períodos analisados, superando com seu pior índice, 0,51 em 2018, o melhor índice da segunda empresa colocada neste indicador, 0,50 em 2016 da BRF. Apesar disto a empresa Minerva apresentou queda anual no período estudado.

No ano de 2016 a empresa Minerva apresentou o melhor quociente da análise, o único superior a 1. A empresa JBS apresentou os piores resultados, no entanto a maior estabilidade no período estudado. Os quocientes apresentados pela mesma demonstram não possuírem disponibilidades suficientes para quitarem 20% das suas contas de curto prazo.

Gráfico 8 – Liquidez Imediata.



Fonte: Dados de pesquisa.

De forma geral, as empresas apresentaram dificuldade de quitação de suas obrigações de curto prazo, com suas disponibilidades. Na empresa BRF, observa-se o impacto da investigação, pois, seu índice decaiu em 20% no período de 2016 para 2017 e 17% de 2017 para 2018.

4.2.3 Rentabilidade

Este grupo de indicadores serve para medir a capacidade econômica de uma empresa, Vieira, et al (2019) afirmam que eles evidenciam o grau de êxito econômico obtido pelo capital investido da empresa, citam também, que esses indicadores têm o objetivo de avaliar os resultados alcançados por uma empresa em relação a certos parâmetros que melhor revelam sua dimensão.

Dentro deste grupo de indicadores, são analisados os seguintes índices: Giro do Ativo, Margem Líquida, Rentabilidade do Ativo e do Patrimônio Líquido.

4.2.3.1 Giro do Ativo

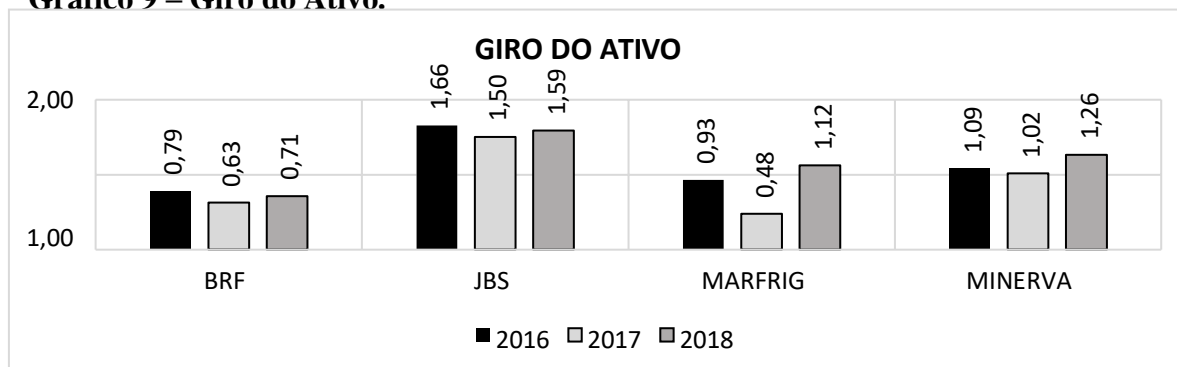
No que diz respeito ao giro do ativo, Borba e Dill (2007) afirmam que o quociente indica quanto a empresa vendeu, para cada um real de investimento total. Assim, quanto maior o resultado melhor.

Ao analisar o gráfico 9, percebe-se o quanto a empresa JBS se destaca em relação às outras, tendo pouca variação do resultado nos três anos abordados, e se mantendo com um índice médio de 1,58, alcançando mais de 50% de rentabilidade em todos os períodos. Em contrapartida, a empresa Marfrig inicia 2016 com resultado de 0,93, observando uma redução de 49% para o ano

de 2017.

A empresa BRF não tem tanta variação entre os anos verificados onde se observa uma redução em 20% no ano de 2017 em relação a 2016, porém em 2018 há um crescimento de 14% quase se equiparando novamente com 2016. É notável que a empresa Minerva tem seus resultados seguindo um certo nivelamento, sem grandes variações.

Gráfico 9 – Giro do Ativo.



Fonte: Dados de pesquisa.

Observando os quocientes das empresas listadas, a grande parte possui resultados sem grandes variações. Analisando o gráfico 9, é possível notar que todas as empresas tiveram uma redução neste índice no ano de 2017, se recuperando em 2018. As empresas BRF, JBS e Marfrig tiveram uma decaída nas vendas no ano de 2017, apenas a empresa Minerva manteve constante o seu crescimento em vendas, mas ainda assim teve seu resultado menor em 2017 já que o ativo total da empresa teve um percentual maior de crescimento do que o total de vendas líquidas.

4.2.3.2 Margem Líquida

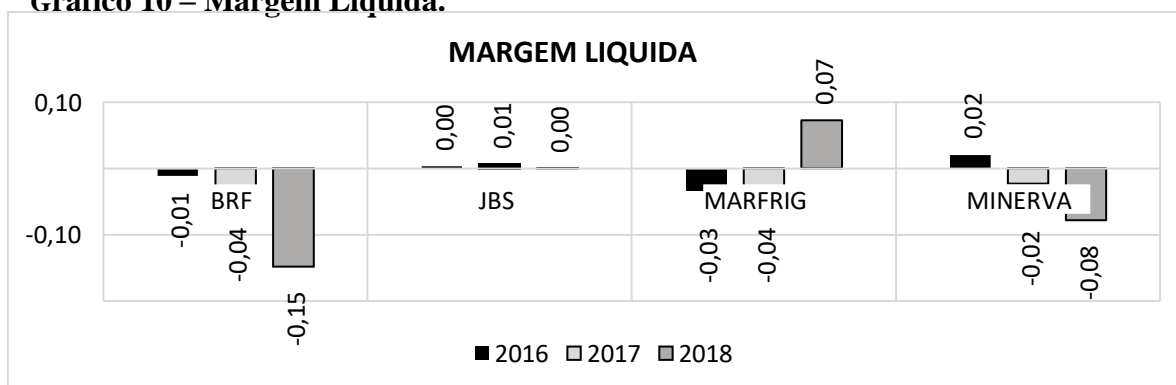
Analisando o índice de margem líquida, Souza et. al. (2009) dizem que esse índice compara o lucro líquido ou superávit da empresa à receita operacional líquida do período, fornecendo o percentual de lucro que a empresa está obtendo em relação ao seu faturamento. Esse índice se enquadra no tipo “quanto maior, melhor” indicando quanto será o lucro líquido para cada 1 real faturado no período.

A empresa BRF se destaca com os menores resultados entre as empresas listadas, onde o lucro líquido da empresa decaiu de -367.339 em 2016 para -4.466.246 em 2018. Embora a receita líquida tenha crescido, o prejuízo aumentou em uma escala ainda maior. Por outro lado, a JBS não obteve resultados negativos de margem líquida, mas ainda assim, não alcançam o número de base

comparativa, assim seus resultados se equiparam a zero. É perceptível que mesmo apresentando resultados lucrativos para a empresa, estes não são suficientes para alcançar um valor significativo em relação a receita líquida.

Em 2016 a Marfrig mostrou uma margem líquida negativa, que se dá em função dos prejuízos obtidos durante os períodos analisados, em 2017 a empresa teve uma pequena variação de -0,01. Entretanto, no ano de 2018 a empresa conquistou um crescimento significativo, já que neste período saiu do prejuízo e obteve 2.153.970 de lucro líquido. Para cada para cada 1 real vendido a empresa obteve o lucro de 0,07 centavos.

Gráfico 10 – Margem Líquida.



Fonte: Dados de pesquisa.

A empresa Minerva iniciou neste indicador com resultado positivo em 2016, porém seus resultados apresentaram queda gradativa no decorrer de 2017 e 2018 passando de 0,02 em 2016 para -0,08 em 2018, nota-se que esse resultado se dá em função dos prejuízos obtidos nos dois últimos anos.

Em uma visão geral, foi observado que todas as empresas possuem resultados abaixo de 1, comparando todos os resultados deste índice ao número de base comparativa, a margem líquida mais alta foi no ano de 2018 para a empresa Marfrig, gerando um lucro de 0,07 centavos para cada 1 de venda líquida.

4.2.3.3 Rentabilidade do Ativo

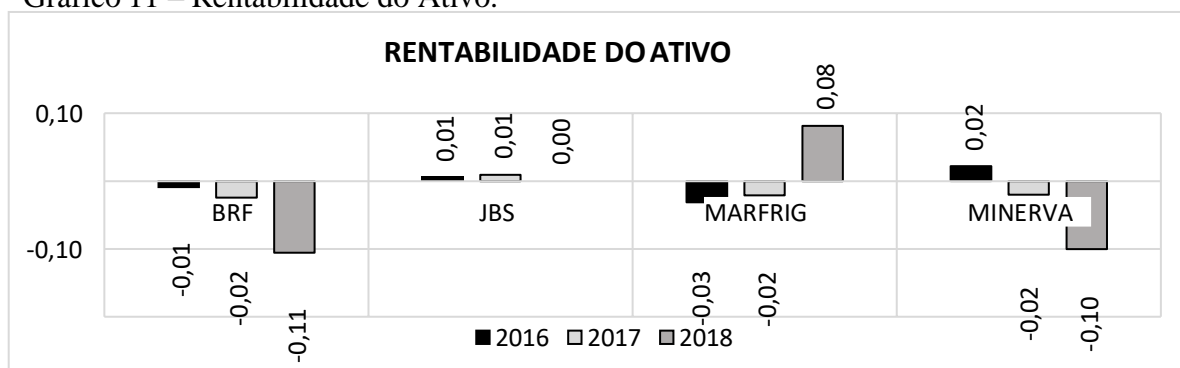
Matarazzo (1997) afirma que este índice calcula quanto a empresa obteve de lucro líquido em relação ao seu ativo. Santos (2010) confirma que o resultado obtido com este quociente mostra o valor que a empresa obtém de lucro sobre o investimento total, ou seja, a relevância do lucro líquido em relação ao total do ativo. Vale ressaltar que o nível de satisfação desse quociente se

mede através do termo “quanto maior, melhor”.

A análise do gráfico 11 mostra que o resultado da empresa Marfrig só possui resultado positivo no ano de 2018 que, se analisado junto ao número de base comparativa, salienta que para cada 1 real do ativo, a empresa possui 0,08 centavos de lucro. Em contrapartida, no início do período analisado houve um resultado negativo, que se dá pelo prejuízo do período, permanecendo sem grandes variações no ano de 2017. A empresa Minerva também possui resultados negativos, porém inicia o período analisado com um resultado baixo, mas positivo. Nos anos de 2017 e 2018, seus resultados caem bastante, da mesma forma que o lucro, gerando prejuízo no período.

Observa-se que a empresa JBS se mantém neutra, sem variações relevantes, seu índice permanece com valores baixos ou nulos. Seguindo nesta análise, o quociente da empresa BRF, nos mostra resultados que decaem no decorrer dos anos, permanecendo com prejuízos ao longo do período. Iniciando 2016 com um índice de -0,01 e terminando 2018 com -0,11.

Gráfico 11 – Rentabilidade do Ativo.



Fonte: Dados de pesquisa.

O gráfico 11 nos traz uma visão geral dos anos estudados, destacando todas as empresas, que em uma visão geral dos resultados, são baixos ou negativos. Os prejuízos obtidos no decorrer dos anos, fazem com que os índices fiquem negativos, já que o lucro do período deve ser dividido pelo ativo total.

4.2.3.4 Rentabilidade do Patrimônio Líquido

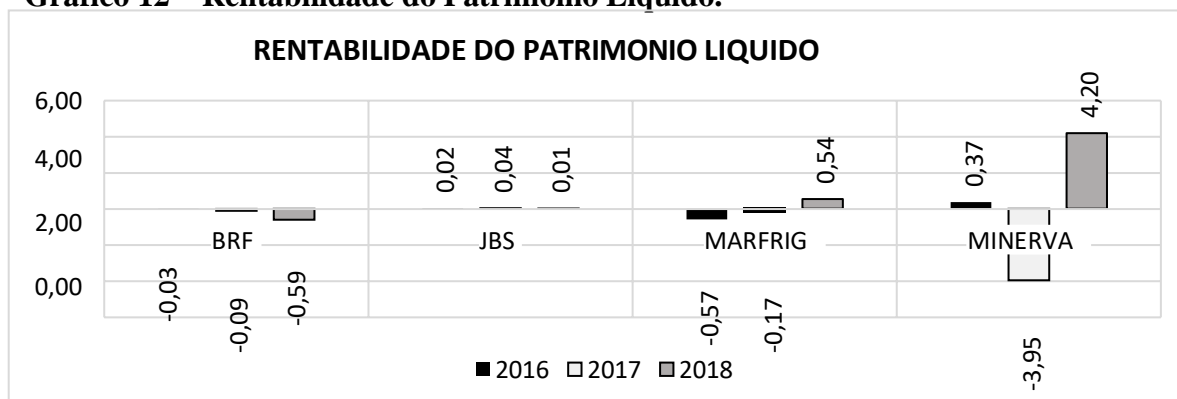
Macedo et. al. (2007) apresenta que a rentabilidade do patrimônio líquido representa o retorno do investimento para os acionistas. O quociente é resultado entre a divisão do lucro líquido pelo patrimônio líquido. Se enquadrando como um indicador do tipo “quanto maior, melhor”.

A análise do gráfico 12 traz uma baixa variação de resultados nas empresas BRF, JBS e

Marfrig, destacando a empresa Minerva, que obtém o resultado de 0,37 no período de 2016, onde a empresa mostra um lucro líquido de 0,37 centavos para cada 1 real de patrimônio líquido. Em contrapartida, teve uma relevante diminuição desse quociente no ano de 2017, onde se observou o prejuízo de 3,95 reais para cada 1 real de patrimônio líquido. Em 2018 nota-se novamente uma alteração do quociente, onde o resultado aumenta 206% em relação ao ano anterior, alcançando um resultado de 4,20 reais de lucro líquido para cada 1 real de patrimônio líquido.

BRF se mantém com resultados negativos e com baixa variação durante o período analisado. Iniciando o período com resultado de -0,03, decaindo gradativamente até chegar ao resultado de -0,59 em 2018. A empresa JBS da mesma forma permanece estável no mesmo nível, quase nula, beirando equivalência a zero de rentabilidade do patrimônio. Enquanto isso, a empresa Marfrig apresenta no ano de 2016 um quociente de -0,57 e aumenta seu resultado no decorrer dos anos, fechando 2018 com 0,54, isso significa que para cada 1 real de patrimônio líquido, a empresa alcançou o lucro de 0,54 centavos de lucro líquido.

Gráfico 12 – Rentabilidade do Patrimônio Líquido.



Fonte: Dados de pesquisa.

É possível notar no gráfico 12, um nivelamento entre os resultados das empresas, com exceção da empresa Minerva que tem um alto grau de oscilação dos resultados do período estudado. Através dessa análise foi possível perceber que grande parte dos resultados ficam muito próximos ao zero e até mesmo negativos.

4.3 ANÁLISE CONJUNTA DAS MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANCA CORPORATIVA E DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

Esta análise conjunta tem como intuito identificar como a observância das melhores

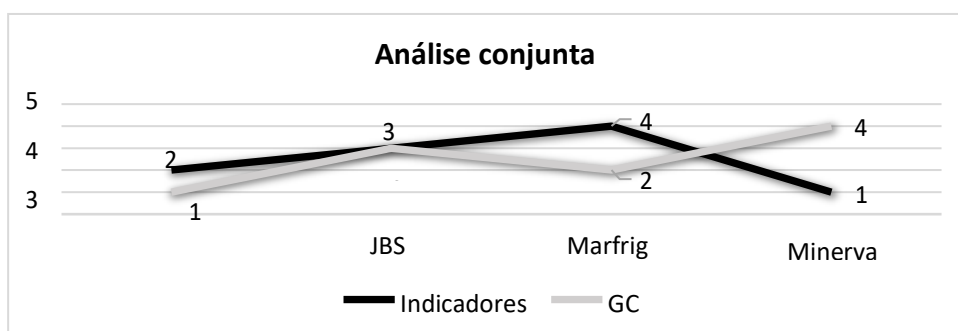
práticas contribuíram para o desempenho das empresas.

Para realização desta análise, estipulou-se colocações para cada empresa de acordo com os seus resultados, a empresa que obtivesse maior quociente no quesito a ser analisado, atribuiu-se 1, para a segunda colocação, atribuiu-se 2 e assim sucessivamente. Nos casos em que as empresas obtiveram os mesmos resultados ficou definido o empate, tendo duas ou mais empresas na mesma colocação. Com isto fez-se possível analisar qual empresa obteve melhor desempenho econômico de forma geral e qual foi a empresa com maior observância das melhores práticas da governança corporativa.

Aplicando o presente método sobre a evidenciação de observância da GC, temos os seguintes resultados: em primeiro lugar, encontra-se a empresa BRF com 82%, seguida da empresa Marfrig em segundo lugar com 79%, em terceiro está a empresa JBS apresentando 74% e por último, a empresa Minerva com percentual de 66%.

Utilizando o mesmo método para a averiguação dos resultados dos indicadores de desempenho, temos o seguinte resultado: a empresa ocupante da primeira posição é Minerva, em seguida encontra-se a empresa BRF, JBS e Marfrig, respectivamente. Segue gráfico 13 demonstrando de forma gráfica as oscilações apresentadas por cada empresa em cada uma das análises.

Gráfico 13 – Análise conjunta.



Fonte: Dados da pesquisa.

De maneira geral, nota-se que todas as empresas tiveram oscilações nas análises, exceto a empresa JBS, a qual nos dois estudos ocupa a 3º posição. A maior oscilação ocorreu na empresa Minerva, a qual ocupa 1º posição no quesito indicadores de desempenho, entretanto ocupa a 4º posição na análise da observância da governança corporativa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou verificar como a fragilidade da governança corporativa pode refletir no desempenho empresarial. Com intuito específico, investigar os motivos que levaram as empresas do agronegócio à crise após a “Operação Carne Fraca”. Para isso, realizou-se uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, realizada por meio de análise documental.

Os dados foram coletados nas demonstrações contábeis, principalmente nas notas explicativas, balanço patrimonial, demonstrativo do resultado do exercício, estatuto social e informe de governança corporativa. O período abordado se refere aos anos de 2016 a 2018. Inicialmente buscou-se verificar a presença das melhores práticas de governança corporativa estabelecidos pelo IBGC, onde foram elencados requisitos estabelecidos pela guia de melhores práticas. Na sequência buscou-se analisar os índices de desempenho.

Com relação às melhores práticas da governança corporativa, constatou-se que a empresa Minerva se destacou com o menor nível de observância alcançando 66% de atendimento, enquanto o melhor resultado foi apresentado pela empresa BRF, a qual atingiu um percentual de 82% de observação. Em relação as categorias elencadas, as categorias Órgãos de fiscalização e controle e Conduta e conflito de interesses possuem o maior nível de observância, seguida da categoria Sócios com 80%, Diretoria com 75% e Administradores ocupando a última colocação com 66%. O atendimento de forma geral alcançou uma média de 75,25%.

Apesar da empresa BRF ter atingido o melhor nível de observância da GC, não foi o suficiente para impedi-la de ser investigada pela Operação Carne Fraca. A empresa apresentou os melhores níveis de observação nas categorias Órgãos de Fiscalização e Controle, 100% de observância, o qual estabelece a adoção de auditoria independente, interna e a implementação de *compliance*, e ainda a categoria Conduta de Conflitos a qual contempla o código de conduta, canal de denúncias e trata também dos conflitos de interesses, apresentando um nível de observação de 90%.

Apesar de apresentar tais resultados a empresa passou pela investigação por conta de conflito de interesses, onde funcionários ocupantes de posições importantes dentro da empresa manipularam e fraudaram os processos de qualidade dos produtos. Atitudes como essa em várias empresas do segmento, motivaram a deflagração da Operação Carne Fraca, levando todo o setor a sofrer os impactos da crise gerada.

Perante os resultados obtidos em relação aos indicadores de desempenho, os maiores

destaques encontrados, se deram em casos isolados. Em 2017 a empresa Minerva alcançou um pico de 166,50 em seus resultados do índice de participação no capital de terceiros, seguindo logo no próximo ano com uma diminuição desse resultado para -43,59, equivalente a uma redução de mais de 300%. Novamente a empresa Minerva é destaque, conforme percebido no decorrer deste estudo, a empresa varia seus resultados de imobilização do patrimônio líquido, mostrando uma margem de 5,36 em 2016, seguindo para 2017 com crescimento, alcançando a margem de 59,53 e novamente variando com uma caída no resultado de 2018 para -14,22. Destaca-se em relação a rentabilidade do ativo, a empresa Marfrig que segue 2016 e 2017 com resultados nivelados e tem seu resultado de 2018 com um aumento de 4%. Já no indicador de rentabilidade do patrimônio líquido, a empresa que se destaca novamente é a Minerva, com seus resultados variando em 2016 de 0,37 para -3,95 em 2017 e 4,20 em 2018.

As observações permitem concluir que não há reflexo direto entre o nível de observância de governança corporativa e os melhores resultados dos indicadores de desempenho. Somente a empresa JBS atingiu a mesma posição em ambas as análises, ocupando a 3º posição. A maior oscilação apresentada no estudo sucedeu-se na empresa Minerva, a qual ocupou a 1º posição no quesito indicadores de desempenho, entretanto na análise da observância da governança corporativa atingiu a 4º posição. A empresa BRF destacou-se com a melhor observância da GC, porém em relação aos indicadores de desempenho atingiu somente a 2º posição.

Este estudo traz contribuições para as empresas que possuam a adoção da governança corporativa e para as que procuram integrá-la em suas rotinas, uma vez que pode ajudar as empresas a identificarem quais são as melhores práticas e a adotarem maior fiscalização na sua efetiva adoção, a fim de evitar os conflitos de interesses. Salienta-se ainda, o fato da não identificação de relação entre as melhores práticas e os indicadores de desempenho, sendo assim, contribui para que as empresas, além de adotarem as melhores práticas da GC, adotem a análise dos indicadores em suas rotinas pois os mesmos determinam a situação econômica e financeira.

De confronto às informações levantadas neste estudo, foi perceptível que não há uma padronização de documentos divulgados pelas empresas listadas, onde algumas possuem informe de governança corporativa divulgadas e outras não possuem essa referência, dificultando a análise das empresas que não possuíam esse documento.

A partir das observações contidas neste estudo, novas pesquisas podem ser desenvolvidas com intuito de, por exemplo, investigar a obrigatoriedade da divulgação de documentos padronizados em relação as melhores práticas da governança corporativa. Há possibilidade para

um estudo em que se evidencie os motivos pelos quais as empresas possuem alto nível de governança corporativa, ainda assim sendo fiscalizadas e identificando-se conflitos de interesse. Ainda, há espaço para uma pesquisa em que se compare com os mesmos objetivos, empresas nacionais com empresas internacionais. Finalmente, é possível realizar uma pesquisa com empresas listadas de outros setores e que não tenham passado por crise no período estudado e assim correlacionar o nível de atendimento às melhores práticas de governança corporativa com a eficiência econômico- financeira identificada através dos indicadores de desempenho.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Curso de Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2009. ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. São Paulo: Atlas, 2003.

AZEVEDO, Marcelo Cardoso de. **Estrutura e análise das Demonstrações Financeiras**. Ed. Alínea, 2009. p. 59.

ASSAF NETO, Alexandre. **Curso de Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2009. ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. São Paulo: Atlas, 2003.

AZEVEDO, Marcelo Cardoso de. **Estrutura e análise das Demonstrações Financeiras**. Ed. Alínea, 2009. p. 59.

BMEFBOVESPA. **Segmentos de Listagem: Nível 2**. 2019. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/nivel-2/>. Acesso em: 04 abr. 2019.

BMEFBOVESPA. **Segmentos de Listagem: Novo Mercado**. 2019. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/novo-mercado/>. Acesso em: 04 abr. 2019.

BMEFBOVESPA. **Segmentos de Listagem: Nível 1**. 2019. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/nivel-1/>. Acesso em: 04 abr. 2019

BORBA, José Alonso; DILL, Rodrigo. **Análise da Rentabilidade de Empresas: Uma Abordagem Baseada na Lógica Nebulosa (Fuzzy Logic)**. RAC Eletrônica, v. 1, n. 1, art. 4, p. 52. 2007.

BORGES, Luiz Ferreira Xavier; SERRÃO, Carlos Fernando de Barros. **Aspectos de Governança Corporativa Moderna no Brasil**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 112, dez. 2005.

CARNEIRO, Fernando G. **Governança Corporativa: o início e as tendências atuais.** Revista ABAMEC. Rio de Janeiro: ABAMEC, ano 28, n. 4, junho 2000.

CARVALHO, A. G. **Governança corporativa no Brasil em perspectiva.** Revista de Administração, v. 37, n. 3, p. 19-32, 2002.

CHAGAS, José Ferreira. **Governança Corporativa: Aplicabilidade do Conceito, dos Princípios e Indicadores à Gestão de Pequenas e Médias Organizações.** Disponível em: <<http://eco.unne.edu.ar/contabilidad/costos/VIIIcongreso/085.doc>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL – CNA. **Panorama do**

Agro. 2017. Disponível em: < <https://www.cnabrasil.org.br/cna/panorama-do-agro> > Acesso em: 09 abr. 2019.

GASPARETO, Valdirene. **O Papel da Contabilidade no Provimento de Informações para a Avaliação do Desempenho Empresarial.** Revista Contemporânea de Contabilidade. v. 01. n. 02. p. 111. 2004.

HENDRIKSEN, Elton S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC. **Teoria do Agente-Principal.** 2019. Disponível em: <<https://www.ibgc.org.br/index.php/governanca/origens-da-governanca>> Acesso em: 06 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC. **Princípios Básicos.** 2019. Disponível em: <<https://www.ibgc.org.br/governanca/governanca-corporativa/principios-basicos>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

JENSEN, M.; MECKLING, W. **Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure.** *Journal of Financial Economics*, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **A Estratégia em Ação: Balanced Scorecard.** CAMPUS e. 21. p. 7. 1997.

MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; SILVA, Fabrícia de Farias da; SANTOS, Rodrigo Melo. **Análise do Mercado de Seguros no Brasil: Uma Visão do Desempenho Organizacional das Seguradoras no Ano de 2003.** Rev. Contab. Finanças. Vol. 17, São Paulo. 2006.

MENDES, Andrea Paula Segatto. **Teoria de Agência aplicada à análise de relações entre os participantes dos processos de cooperação tecnológica universidade – empresa.** Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-24012002-114443/pt-br.php>>. Acesso em: 07 abr.2019

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. **Agropecuária Puxa o PIB de 2017.** 2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/agropecuaria-puxa-o-pib-de-2017>> Acesso em: 26 mar. 2019.

NETO, Martin Mundo; et. al. **A Governança Corporativa como Modelo de Gestão Empresarial: Um estudo no Agronegócio Brasileiro.** 2008. Disponível em: <<https://revista.fatectq.edu.br/index.php/interfacetecnologica/article/view/17/252>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

OLIVEIRA, Déborah Hione de. **Análise do Perfil da Produção Científica da Contabilidade Aplicada ao Agronegócio.** 2018.

OLIVEIRA, Pedro Goés Monteiro de; NETO, César Rômulo Silveira. **Trilogia do Desempenho Empresarial: Criando Valor Através do Planejamento, do Controle e da Avaliação do Desempenho de Empresas.** p. 19. Rio de Janeiro. 2011.

PROCIANOY, Jairo Laser; VERDI, Rodrigo S. **Adesão aos Novos Mercados da BOVESPA: Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2 – Determinantes e Consequências.** 2009. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/profile/Jairo_Laser_Procianoy/publication/277165393_Bovespa_Novo_Mercado_Nivel_1_and_Nivel_2_Determinants_and_Consequences/links/557072a908ae193af420004e/Bovespa-New-Markets-Adoption-Novo-Mercado-Nivel-1-and-Nivel-2-Determinants-and-Consequences.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2019

SOARES, Selene de Souza Siqueira; PAULILLO, Luiz Fernando de Oriani e. **Governança Corporativa em Empresas Sucroalcooleiras e de Biodiesel: o novo mercado enquanto estratégia de capitalização.** 2008. p.38. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/tec3-0308.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2019

SALIM, Jean Jaques. **Administração Financeira: Avaliação do Desempenho Empresarial.** Editora FGV. e. 01. Rio de Janeiro. 2016.

SANTOS, Vanilce Sirino dos. **Proposta de Orçamento para uma Empresa Prestadora de Serviços.** p. 56. Porto Alegre. 2010.

SILVA, Daniel Fernando Alves da. **O Impacto do Corporate Governance na Estrutura de Capitais.** 2009. 138 f. Tese (Mestrado em Finanças) – Faculdade de Economia, Universidade do Porto, 2009.

SOUZA, Antônio Artur de, et al. **Indicadores de Desempenho Econômico-Financeiro para Hospitais: Um Estudo Teórico.** RAHIS - Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde. n. 3. p. 53. 2009.

TÉLES, Cristhiane Carvalho. **Análise dos Demonstrativos Contábeis: Índices de Endividamento.** 2003. Disponível em: <[http://www.peritocontador.com.br/artigos/colaboradores/Artigo - ndices_de_Endividamento.pdf](http://www.peritocontador.com.br/artigos/colaboradores/Artigo_-_ndices_de_Endividamento.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2019.

VIEIRA, Dilvan, et al. **Indicadores Econômicos e Financeiros no Mercado de Commodities Agrícolas.** p. 8. 2019.

EDUCAÇÃO EAD: RELAÇÃO ALUNO X PROFESSOR

DISTANCE LEARNING: STUDENT-TEACHER RELATIONSHIP

Tatiana Mainers¹
Estelamaris Reif²

Resumo:

Por meio do desenvolvimento de novas tecnologias e avanços das ferramentas de comunicação, através da internet, cada vez mais estão disponíveis as oportunidades de vivenciar a experiência da aprendizagem a distância. Este artigo tem o objetivo analisar a relação de aluno e professor no Ensino a Distância, e de que forma essas relações contribuem para o processo de ensino aprendizagem. Propõe uma reflexão do papel do aluno e do professor diante dos novos desafios tecnológicos que se apresentam. Através de pesquisas bibliográficas, pode-se afirmar que é possível criar vínculos afetivos aluno-professor em uma modalidade em que apenas a linguagem verbal é responsável pela interação, através da forma correta de como se estrutura a transmissão da informação, trazendo a sensação de presença ativa em um espaço em que todos trocam conhecimentos e compartilham saberes.

Palavras-chave: Ambiente Virtual de Aprendizagem. Acadêmico. Interação.

Abstract:

Through the development of new technologies and advances of the communication tools, through the internet, more and more opportunities are available to experience the distance learning experience. This article aims to analyze the relationship of student and teacher in Distance Learning, and how these relationships contribute to the process of teaching learning. It proposes a reflection on the role of the student and the teacher in face of the new technological challenges that are presented. Through bibliographic research, it can be affirmed that it is possible to create student-teacher affective bonds in a modality in which only verbal language is responsible for the interaction, through the correct way of structuring the transmission of information, bringing the sense of presence active in a space where everyone shares knowledge and shares knowledge.

¹ Graduação em Ciências Contábeis. Centro Universitário Uniasselvi. E-mail: tatiana_mainers@hotmail.com.

² Mestre em Ciências Contábeis. Centro Universitário Uniasselvi. E-mail: estelamarisreif@gmail.com.

Keywords: Virtual learning environment. Academic. Interaction.

1 INTRODUÇÃO

A educação à distância (EAD) vem assumindo nas últimas décadas cada vez mais destaque no contexto atual, favorecendo a propagação do acesso a informação em diferentes níveis e formas de interação e aprendizagens. Para compreender a natureza multidimensional dessa área, Moore e Kearsley (2010) adotam a seguinte definição que a educação a distância deve ser um aprendizado planejado, e que normalmente não ocorre no local de ensino, usando os vários meios de tecnologias, na comunicação às tarefas administrativas.

Não interessa a distância física entre professor e aluno, os professores e os alunos podem estar mais ou menos distantes no EAD, devido às relações pedagógicas e psicológicas que se estabelecem no EAD. Segundo PRETI (1996), a educação a distância vem se mostrando eficiente, mas há muitos questionamentos positivos e negativos sobre esta modalidade ainda. A educação a distância tem que ser de qualidade, fácil acesso ao ensino.

Para desenvolver a aprendizagem do aluno é fundamental haver a interação, ela constitui parte importante de todo o processo em qualquer sistema de ensino. No EAD as ferramentas de comunicação são usadas para facilitar o processo aprendizagem e estimular a interação entre aluno e professor. Para Barros e Crescitelli (2008, p. 73), “Interações virtuais, por serem a distância, impõem desafios aos professores e alunos para a sua realização e para a sua manutenção com sucesso, em razão da ausência do contexto físico partilhado.”

Nos últimos anos, no ensino presencial ou no ensino a distância o AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), esta sendo cada vez mais utilizado, e tem o propósito dar suporte ao aluno, Marquesi e Araújo Jr (2008), explicam que o Ambiente Virtual de Aprendizagem, potencializa a comunicação, permitindo através de recursos tecnológicos a interação e interatividade, e que as atividades a serem desenvolvidas no AVA devem promover a autonomia para uma aprendizagem significativa. Pereira, Schmitt e Dias (2007), apontam com o uso do AVA, o processo de aprendizagem tende a ficar ativo, dinâmico e personalizado. Para Moraes (2004) a o crescimento

das tecnologias, permitiu a construção de ambientes virtuais de aprendizagem, onde os participantes podem se comunicar em qualquer lugar, a qualquer hora com um ou com muitos participantes.

Este trabalho pretende demonstrar, através de pesquisas na literatura da Educação a Distância, a relação entre aluno e professor na mediação da construção de conhecimento, percebe-se que novas metodologias de ensino baseadas na interação entre professores e alunos constituem em um fator decisivo na educação on-line, fato que despertou o interesse pelo tema.

2 A RELAÇÃO PROFESSOR –ALUNO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Para Moore e Kearsley (2008), a interação é considerada essencial para o processo de ensino aprendizagem. O professor no ensino a distância assume uma posição importante, porque ainda segundo Moore e Kearsley (2008), se os alunos interagem com o conteúdo do curso sem uma mediação do professor, por desconhecer o que está sendo apresentado acabam se tornando vulneráveis, é através do professor que o aluno vai ter a aplicação correta da matéria. A “comunicação interativa”, para Silva (2014), já era presente desde os anos 1970, entre os emissores e receptores da informação, de forma livre e criativa. Para Grossi (2013), é através das relações sociais e da interação, que o conhecimento é construído, e são os suportes tecnológicos utilizados pelo professor que irão fazer esta mediação. Como explicam Moore e Kearsley (2007), por algum tempo ou durante todo o curso professores e tutores estão em locais distintos, o que vai garantir a interação dos mesmos é a tecnologia.

Compreende-se então que no ensino a distância é indispensável o uso de ferramentas de interação e comunicação, e segundo Moore e Kearsley (2007), nesta modalidade de ensino a tecnologia é o meio único ou principal de comunicação, essas tecnologias podem ser conceituadas como síncrona onde não há a defasagem de tempo, ocorrem por mecanismos eletrônicos em tempo real, ou assíncronas, que não ocorrem em tempo real.

Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem são a marca registrada do ensino a distância, segundo Matar (2011). O Ambiente Virtual de Aprendizagem vem ganhando destaque como ferramenta educacional, cujo objetivo principal está relacionado na interação entre sujeitos em espaços físicos diferenciados, e conforme Gomes (2001, p. 25), pode ser entendido como:

Ambiente virtual de aprendizagem é o ambiente tecnológico no ciberespaço que permite o processo de ensino aprendizagem através da medição pedagógica entre alunos ou um grupo de alunos e o professor ou um grupo de professores ou de outros agentes geograficamente dispersos. Apresenta-se em formas de portais, banco de dados, bibliotecas virtuais, cursos a distância, museus ou outros. (GOMES, 2001, p. 25).

A educação a distância tem a necessidade de acompanhar a propagação dos modelos de informação e do conhecimento. Para a autora Oliveira (2001), para ser utilizado, um serviço de informação, deve ser acessível, e de fácil acesso, com um *feedback* constante, para atender as necessidades dos seus usuários. Conforme Primo (2008), apesar das tecnologias oferecem recursos para aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem, se apresentadas de forma desorganizada e inadequada, podem causar desmotivação e desorientação no usuário.

A educação a distância exige cada vez mais proposta de educação inovadoras, e as tecnologias segundo Barros (2008) colaboram com o ensino a distância:

A Educação a Distância (EaD) tem ao longo da história se transformado e com isso se colocado com uma alternativa para os dias atuais. Se no início, ela se prestava apenas a atender aos interesses econômicos vigentes na sociedade, de tal forma que o ensino era meramente unilateral (ensino por correspondência), focado na tecnologia utilizada para tal veiculação (correios, rádio) vencer a barreira da distância e qualificar massivamente a população eram seus objetivos. Hoje porém, a educação a distância amplia-se juntamente com as novas tecnologias e agrega novos valores pedagógicos e, por isso, pode constituir-se, como já foi dito, numa alternativa para a inclusão social. (BARROS, 2008 p.2).

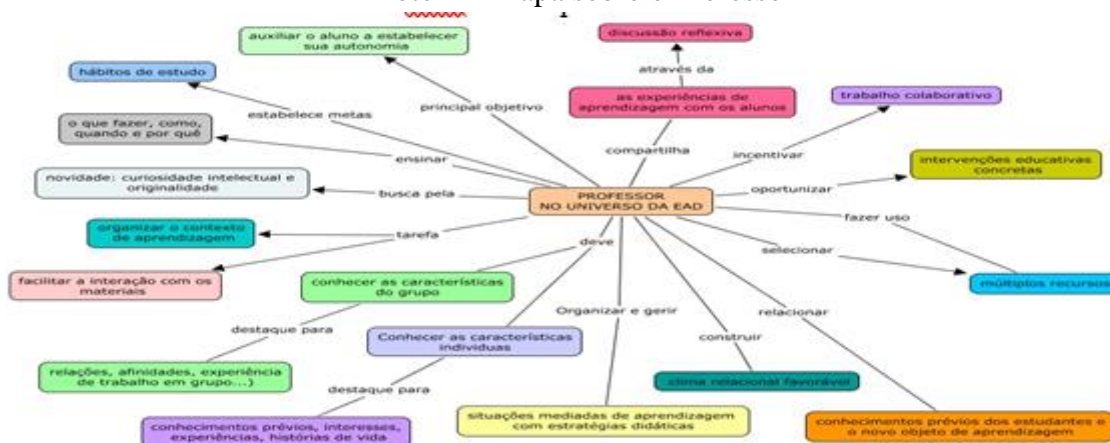
Percebemos que somente o Ambiente Virtual de Aprendizagem não é autossuficiente no processo de aprendizagem, a interação é um elemento indispensável, e seu processo de ensino-aprendizagem é mediado por recursos tecnológicos e humanos, e como Moore e Kearsley (2007), explicam a construção do conhecimento não ocorre de forma autônoma, o professor pode compartilhar suas experiências adquiridas, formando assim uma aprendizagem colaborativa. De acordo com Lopes e Xavier (2007), para que as novas tecnologias de informação e comunicação sejam favoráveis ao processo de aprendizagem é necessário que os alunos queiram participar deste processo de aprender juntos, num de incentivo e afeto.

Para garantir a interação e o aprendizado na educação a distância, as metodologias de ensino precisam ser desenvolvidas por profissionais competentes voltadas para essa modalidade, e que possibilitem a troca de conhecimentos, segundo Pesce (2008), os professores não podem basear-se em qualidades retóricas do ensino presencial, no ensino a distância é necessário combinar as funções de comunicar, explicar e orientar em textos didáticos, que devem disponíveis a todos que participam do processo. Lima (2014), explica que no ensino presencial ou no ensino a distância, o uso de multimídias, um bom plano de ensino, conhecer os alunos, ter uma boa proposta avaliativa, compreender o processo de ensinar-aprender são conhecimentos básicos de um profissional de educação.

Notamos que para existir uma boa interação é preciso que os *feedbacks* sejam rápidos e constantes, de modo que o aluno seja obrigado e motivado a repensar o seu conhecimento existente, segundo Paulo Freire (1997, p.25), “educar é um processo dialético entre o ensinar e o ser ensinado, em que “quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado”. O professor deve desenvolver estratégias para estimular a participação e interação dos alunos, e segundo Vergara (2007), o professor precisa dar destaque as atividades que gerem reflexões individuais e grupais, precisa existir uma relação aluno professor, mesmo sem o “Face a face”.

Como mostra a figura abaixo no ensino a distância é preciso que o conteúdo seja atraente ao aluno, com conteúdo amplos, que visem a construção de novos conhecimentos, através de uma aprendizagem colaborativa e cooperativa, visando superar a ausência física do professor, tirando a sensação que o aluno está aprendendo isolado.

Foto 1 – Mapa sobre o Professor EAD



Fonte: Repositório Digital da UFRGS.¹

¹ Disponível em: http://www.nuted.ufrgs.br/oa/arqueads/apoio/professor_mapa.jpg. Acesso em 22 Abr.2019.

Muitos alunos têm a percepção que a educação a distância é uma modalidade de ensino fria, para Pallof e Pratt (2002) expressar sentimentos *online* é difícil mais não impossível. O tratamento dado aos acadêmicos pelo professor ou tutores deve ser afetuoso, e segundo Bonnatto, Martins, Ramos, Santos e Silva (2008):

A consideração das emoções nos processos de ensino aprendizagem a distância deve incluir: a) criação de motivos significativos à pessoa humana no início, meio e fim das atividades individuais e colaborativas; b) o fortalecimento de afetividade e cumplicidade na superação de desafios de aprendizagem individual e coletiva; c) o reconhecimento e valorização aberta das emoções e 'lições aprendidas' com o grupo e com a vida (testemunho pessoal). (BONNATTO, MARTINS, RAMOS, SANTOS e SILVA 2008, p.5)

Podemos dizer que a educação a distância tem como base a comunicação, para Tardif (2012, p. 221), “transformar os alunos em atores, isto é, em parceiros da interação pedagógica, parece-nos ser a tarefa em torno da qual se articulam e ganham sentido todos os saberes do professor”. Moran (2007) explica que os espaços físicos das salas de aula perderam cada vez mais espaço para os ambientes virtuais, devido a crescente informatização, a educação será mais complexa, o professor não será mais o centro da informação, e sim um facilitador, mediador do conhecimento. E o aluno por sua vez deixará de ser individual, aprenderá cada vez mais a trabalhar com a aprendizagem colaborativa e que é mais fácil o aprendizado coletivo.

3 METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado para a elaboração deste trabalho foi a pesquisa exploratória. Para que o estudo fosse possível houve um levantamento bibliográfico, para entender a relação do aluno e professor no ensino a distância, e como essa relação influencia no ensino aprendizagem. Dentre os vários autores citados, os principais foram Michael Moore e Greg Kearsley, Paulo Freire e José Moran.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Principalmente na EAD o aluno precisa ser incentivado a desenvolver sua autonomia para garantir a condução e efetivação de sua aprendizagem. O EAD requer muita organização e disciplina para criação da rotina de estudos.

Bons métodos permitem aos alunos e professores a oportunidade de compreender o que fazem perceber que são capazes de produzir algo novo e de aprender com o outro, trocando experiências e aprendizagens de forma significativa.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é uma das ferramentas que irão garantir a qualidade do ensino, através dele que o docente vai ter o controle da evolução dos alunos e desenvolver as suas estratégias de ensino, visando a melhor absorção do conteúdo. Mas não é apenas o conteúdo que deve ser priorizado nos ambientes virtuais, mas também a interação e a colaboração coletiva no processo de aprendizagem é ela que vai dirigir o processo educativo, e dependendo como essa interação se dá a aprendizagem do aluno pode ser mais ou menos facilitada e orientada para uma ou outra direção.

A educação a distância pode ser vista por diferentes enfoques, inibindo assim o constrangimento do aluno em expressar opiniões diante do professor. Ao se falar em educação a distância, o que se deve almejar é a eliminação das distâncias, a tecnologia deve ser mediadora, as ferramentas tecnológicas diminuem a distância entre o homem e a capacidade de criação. Aluno e professor precisam se sentir juntos, trabalhem num mesmo ritmo, ainda que seja virtualmente.

REFERÊNCIAS

BARROS, Kazue Saito Monteiro de; CRESCITELLI, Mercedes Fátima de Canha. **Prática docente virtual e polidez na interação**. In: MARQUESI, Sueli Cristina; ELIAS, Vanda Maria da Silva;

BARROS, Maria das Graças. **A contribuição da interatividade nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem Colaborativa**. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/6pdyn/pdf/sousa-9788578791247-09.pdf> . Acesso em: 20 Abr. 2019.

BONNATTO, MARTINS, RAMOS, SANTOS e SILVA. **A importância da Afetividade nas Interações no contexto da Ead**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/71361895/A-Importancia-da-Afetividade-nas-Interacoes-no-Contexto-da-EAD>. Acesso em: 20 de Abr. 2019.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco (orgs.). **Interações Virtuais: perspectivas para o ensino da Língua Portuguesa a distância**. São Carlos: Editora Clara Luz, 2008, p. 73-92.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GOMES, P.V. **A experiência da PUC-PR na implantação das tecnologias de informação e comunicação no ensino superior**. Colabora, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 37-45, 2001.

GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro; MORAES, Aline Lopes; BRESCIA, Amanda Tolomelli. **Interatividade em Ambientes Virtuais de Aprendizagem no processo de ensino e aprendizagem na Educação a Distância**. 2013. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquivobrasileiroeducacao/article/view/P.2318-7344.2013v1n1p75> . Acesso em: 20 abr. 2019.

LIMA, D. M. A.; LIMA, F. C. B. A. **A Polidocência em Educação a Distância sob o enfoque das inteligências múltiplas**. In: MILL, D.; RIBEIRO, L. R. C.; OLIVEIRA, M. R. G. Polidocência na educação a distância: múltiplos enfoques. 2ª ed. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 133-150.

LOPES, Maria Cristina L. Paniago; XAVIER, Selma Lúcia da Costa. **A afetividade nas inter-relações professores e alunos no ambiente digital**. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância. Associação Brasileira de Educação à Distância. São Paulo. v.6, p. Dez 1-17. 2007. Disponível em: http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2007/2007_A_Afetividade_nas_inter_r elacoes_Maria_Lopes.pdf. Acesso em: 01 de Abr.2019.

MARQUESI, S. C.; ARAÚJO JÚNIOR, Carlos Fernando de. **Atividades em ambientes virtuais de aprendizagem: parâmetros de qualidade**. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. (Org.). **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008, v. p. 358-368.

MATTAR, João. **Guia de educação a distância**. São Paulo: Cengage Learning: Portal Educação, 2011.

MOORE, Michael G. ; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: uma visão integrada**. (tradução Roberto Galman) São Paulo: Thomson Learning, 2007. MOORE, Michael G; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: uma visão integrada**. Tradução Roberto Galman. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MORAES, Marialice. **A monitoria como serviços de apoio ao aluno na educação a distância**. Florianópolis: Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) pelo Departamento de Engenharia de Produção da UFSC. Florianópolis, 2004, 237p.

MORAN, José. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda**. In: BACICH, Lilian; MORAN, José. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

MORAN, José Manuel. **Para onde caminhamos na educação? In: A educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá**. Rio de Janeiro: Papirus, 2007.

- MÜLLER, Antônio José (Org.). et al. **Metodologia científica**. Indaial: Uniasselvi, 2013.
- OLIVEIRA, Elaine Rosangela de. **Avaliação Ergonômica de Interfaces da Scielo – Scientific Electronic Library Online**. 2001. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/79989> . Acesso em: 10 Mar. 2019.
- PEREIRA, A. T. C.; SCHMITT, V.; DIAS, M. R. A. C. **Ambientes Virtuais de Aprendizagem**. 2007. Disponível em: http://www.pucrs.br/ciencias/viali/tic_literatura/artigos/ava/2259532.pdf. Acesso em: Acesso em 20 de Abr.2019.
- PESCE, Lucila. **Desenhos didáticos de cursos on-line: um enfoque dialógico**. Anais do XIV ENDIPE: trajetórias e processos de ensinar e aprender: lugares, memórias e culturas. PUC/RS: Porto Alegre, 27 a 30 de abril de 2008.
- PRETI, O. (Org.). **Educação a distância: inícios e indícios de um percurso**. Cuiabá: UFMT – Nead/IE, 1996.
- PRIMO, Lane. **Auto-Avaliação na Educação a Distância uma Alternativa Viável**. 2008. Disponível em: <http://www.br-ie.org/pub/index.php/wie/article/view/1000>. Acesso em: 16 Mar. 2019.
- SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Estreitando relacionamentos na educação a distância**. Cadernos Ebape. edição especial, jan. 2007. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512007000500010. Acesso em 08 Mar. 2019.